

TRADUÇÃO

ATIENO-ODHIAMBO, E. S. From African Historiographies to an African Philosophy of History In: FALOLA, Toyin; CHRISTIAN, Jennings (eds.) *Africanizing Knowledge: African Studies Across the Disciplines*. London: Routledge, 2002, p. 13-63.

GIOVANNA MARTINS GOMES

Universidade Federal de Ouro Preto
Ouro Preto | Minas Gerais | Brasil
giovanna.gomes@aluno.ufop.edu.br
orcid.org/0009-0004-2772-2115

APRESENTAÇÃO DA TRADUTORA

Eisha Stephen Atieno-Odhiambo foi um historiador e acadêmico queniano conhecido pelos seus contributos para a compreensão dos perigos inerentes à política do conhecimento e à sociologia do poder. Nascido em 1945 (há divergências em relação ao seu ano de nascimento – algumas fontes afirmam ser 1946), em Muhoroni, no Quênia. Atieno-Odhiambo se casou com Jane Erore Audi em 15 de março de 1968, fez seu bacharelado na Universidade de Makerere (Kampala, Uganda), concluído em 1970, e obteve seu doutorado em 1973 pela Universidade de Nairobi. Foi apenas em 1988 que emigrou para os Estados Unidos.

Em 1989, o Dr. E. S. Atieno-Odhiambo passou a ser professor de História na *William Marsh Rice University*, conhecida como Universidade Rice, nos Estados Unidos, onde se dedicou ao estudo das culturas. É autor de *The Paradox of Collaboration and Other Essays* e *Siaya: Politics and Nationalism in East Africa (1905-1939)*. É também editor de *African Historians and African Voices* e coeditor, com David William Cohen, de *The Risks of Knowledge*. Atieno-Odhiambo aposentou-se da Universidade Rice quando adoeceu e regressou com a esposa à sua casa em Ndere, Siaya, no Quênia, antes de falecer em 25 de fevereiro de 2009 no Hospital Aga Khan, em Kisumu.

“Das Historiografias Africanas a uma Filosofia Africana da História” foi publicado no livro *Africanizing Knowledge: African Studies Across the Discipline*, editado por Toyin Falola e Christian Jennings, cuja proposta consiste em reunir textos com o objetivo de mobilizar vários métodos inovadores num esforço para estudar África nos seus próprios termos. Atieno-Odhiambo divide seu texto em

nove tópicos: Visão geral da historiografia africana; A recuperação da iniciativa; Variações temáticas; Impacto Institucional; História Nacionalista: África Oriental; Historiografia Bifurcada: África do Sul; Vidas comuns; Historiografias indígenas; e, por fim, Rumo a uma filosofia africana da história.

Em seu ensaio, Atieno-Odhiambo procura fazer um apanhado do que já foi feito na historiografia africana em todas as suas formas. Para tanto, o autor abrange os trabalhos desenvolvidos em cada etapa ou tema da historiografia africana, assim como lista os pesquisadores que os trabalharam. Ele parte da época em que as sociedades africanas ainda eram consideradas povos “sem história” pela intelectualidade europeia, momento em que praticamente não houve participação dos africanos na elaboração de um discurso sobre si mesmos, passa pelo esforço de construção de uma história verdadeiramente africana através de fontes orais e tradicionais do continente, considerando uma historiografia pré-colonial, e finda com os questionamentos recentes acerca das possibilidades e desafios da construção de uma História africana.

Seu ensaio permite compreender a produção do conhecimento da historiografia colonial acerca da África, baseada na premissa da superioridade europeia e na natureza “civilizadora” de suas ações, assim como os movimentos que desafiam a noção de africanos sem história e a aceitação e refinamento da metodologia das tradições orais como forma de recapturar as vozes africanas. Dessa forma, os mais diferentes temas puderam ser pesquisados no contexto africano, mas frequentemente, ainda, sob o filtro da erudição ocidental. Em paralelo, Atieno-Odhiambo narra também a produção de uma literatura histórica popular na África, que permite múltiplos espaços de narração histórica e apresenta o surgimento de um paradigma alternativo para escrever histórias organizadas por regiões em vez de por Estados nacionais, uma alternativa mais próxima das experiências dos povos africanos com a história do que a prática histórica ocidental.

O ensaio “Das Historiografias Africanas a uma Filosofia Africana da História” se constitui, assim, como uma forma de entender o panorama geral das historiografias africanas através do tempo e as questões suscitadas na construção de uma filosofia da história própria da África, partindo da exposição de uma gama de títulos e autores organizados de acordo com cada período e perspectiva historiográfica. O trabalho de Atieno-Odhiambo, além de nos oferecer uma extraordinária síntese, permite situar os interessados na vasta bibliografia disponível acerca de cada um dos temas e momentos apresentados.

DAS HISTORIOGRAFIAS AFRICANAS A UMA FILOSOFIA AFRICANA DA HISTÓRIA*

INTRODUÇÃO

O pensamento recente sobre a filosofia da história delineou suas preocupações básicas como sendo, em primeiro lugar, a natureza do conhecimento historiográfico e, em segundo lugar, os pressupostos metafísicos da historiografia (Tucker 2001). O status aparentemente fraco dessa subdisciplina (Stanford 1998, 5-8) contradiz a difusão interdisciplinar de artigos e livros em disciplinas como história, filosofia, direito, ciência política e sociologia. Essa difusão é particularmente marcante no campo dos estudos africanos (Karp e Bird 1987; Mudimbe e Jewsiewicki 1993; Karp e Masolo 2000), e pode, de fato, induzir o pesquisador à falsa ideia da inexistência de uma filosofia africana de história. E, no entanto, uma leitura correta dos fundadores africanistas da historiografia africana deve, desde logo, nos livrar dessa postura errônea, dadas suas preocupações iniciais com o Egito antigo como a completude de toda a história e base de toda a civilização negra (Diop 1954); com antigas inscrições egípcias em hieróglifos como os primeiros exemplos de escrita fonética do mundo (Dreyer 1992, 293-99); com o faraó Akhenaton como “o primeiro indivíduo na história humana” (Breasted 1905 *apud* Montserrat 2000, 3); com a metodologia e pressupostos da historiografia africana (Ranger 1968, ix-x); como precursora da consciência histórica (Ogot 1978); com uma ordem mundial africana ou uma visão africana da realidade que informa os campos de interesse político, histórico, filosófico, ético-valorativo e epistemológico (Ogot 1961, 1972); com a aquisição de sabedoria que vem com a idade (Lonsdale 2000, 5) e com a relação da historiografia africana com as realidades africanas (Ranger 1976, 17-23). Os historiadores africanos podem recuperar esse espaço histórico e reintroduzir uma filosofia africana da história que enfatize a autonomia da África?

Ao longo da recente era pós-estruturalista e pós-modernista virou moda pensar em continentes, comunidades, identidades, pertencimento, tradição, herança e lugar de origem como entidades imaginadas, inventadas, criadas. A ideia da África tem sido sedutora para o Ocidente desde que Homero concebeu a fuga dos deuses gregos do Monte Olimpo para a África, para festejar com os imaculados etíopes. No século XV, uma bula papal imaginou a África como uma *terra nullius* e estabeleceu sua divisão entre Espanha e Portugal cristãos. O poeta inglês Jonathan Swift pensou uma “África distante” onde os geógrafos, por falta de cidades, costumavam preencher os espaços em branco com elefantes. A divisão da África na Conferência da África Ocidental de Berlim, em 1884-1885, dividiu ostensivamente o continente entre as potências europeias porque ele tinha uma história ignóbil de comércio de escravos e escravidão que só poderia ser eliminada através da colonização europeia. Assim, os antigos cidadãos e

* Publicado originalmente em FALOLA, Toyin; CHRISTIAN, Jennings (eds.) *Africanizing Knowledge: African Studies Across the Disciplines*. London: Routledge, 2002, p. 13-63. Tradução: Giovanna Martins Gomes. Revisão: Sérgio da Mata. Agradecemos ao Prof. Dr. Toyin Falola pela autorização para a tradução e publicação do ensaio de Atieno-Odhiambo e à Profa. Dra. Ana Mónica Henrique Lopes pela leitura da versão prévia do texto em português.

súditos dos reinos africanos e das comunidades apátridas foram chamados de povos sem história. Em vez disso, afirmou-se que havia apenas a história dos europeus na África. A intelectualidade europeia, de Hegel a H. R. Trevor-Roper, afirmou que a África constituía uma escuridão vazia, e “a escuridão não era um assunto adequado para a história” (Trevor-Roper 1966, 9). O período colonial foi uma época de perversão pelo poder: “[O] poder foi usado para forçar os africanos a assumir identidades distorcidas; as relações de poder perverteram a ciência social colonial, tornando-a incapaz de fazer algo mais do que refletir as construções coloniais” (Ranger 1996, 273). Uma dessas distorções foi a de pensar os africanos como povos sem história.

A outra África, a África dos africanos realmente existente, não participou desse discurso. O fato de a história ser um registro do passado do homem, e de a filosofia da história consistir em reflexões de segunda ordem sobre o pensamento dos historiadores sobre o processo histórico, ocupou o historiador oral do império do Mali, Mamadou Kouyate, bem como, simultaneamente, o erudito muçulmano Ibn Khaldun, pertencente ao mesmo império. Essa tradição de produção e trabalho com a memória de suas próprias histórias continuou através dos tempos até o século XX, a era dos intelectuais camponeses africanos (Feierman 1990). Aqui, tradição significa:

as versões socialmente consolidadas do passado, e, particularmente, os relatos de origem das instituições que serviam para definir comunidades e imbuí-las de autoridade. A memória refere-se àqueles traços da experiência passada presentes na consciência de cada ser humano que forneceram a base essencial, embora problemática, para o senso de identidade pessoal, bem como a base que impulsiona ou capacita para a ação futura. A tradição era social e hierárquica, a memória era individual e aberta a todos (Peel 1998, 77).

VISÃO GERAL DA HISTORIOGRAFIA AFRICANA

As historiografias pré-coloniais da África consistiam em histórias orais, bem como em relatos escritos. As histórias orais incluíam mitos, lendas, épicos, poesia, parábolas e narrativas. Elas variavam de relatos dinásticos e listas de reis – que eram um registro das cortes reais e das elites estatais – até as histórias dos clãs das sociedades sem Estado. Por sua valorização seletiva e seus silêncios, configuravam historiografias em si mesmas. Essas interpretações orais foram os recursos que as primeiras elites cristãs africanas utilizaram para escrever suas histórias no século XIX e início do século XX: Apolo Kagwa em Buganda, John Nyakatura e Kabalega Winyi em Bunyoro, Samuel Johnson entre os iorubás, Akiga Sai entre os tiv, e J. Egbarehva no Benin. Da mesma forma, entre as sociedades sem Estado, as histórias dos clãs se tornariam os recursos para escrever histórias mais amplas dos Luo por Paul Mbuya (Ogot 2001).

As fontes escritas da história africana pertencem a três tradições historiográficas diferentes. Primeiro, havia o enorme *corpus* de fontes muçulmanas dos séculos VIII ao XV d.C. Escrito por missionários islâmicos, viajantes e estudiosos que percorreram o Sudão e a costa oriental da África, esse *corpus* incluía as obras de Al Masudi, Al Bakri, Al Idrisi, Ibn Batuta, Ibn Khaldun e Al Wazzan (conhecido como Leo Africanus). Tais fontes consistiam em observações diretas e relatos sobre as sociedades locais. As fontes eram tendenciosas a favor dos governantes muçulmanos e diziam pouco de positivo

sobre os não-crentes. Depois do século XVI, os estudos islâmicos sobre a África incorporaram as tradições orais locais em suas interpretações. Essa produção intelectual assumiu protagonismo com o surgimento do *Tarikh al-Sudan* de Al Sadi de Timbuktu em 1665, *Tarikh al-Fatiash* (1664) e *Tarikh Mai Idris* do Imam Ahmad Ibn Fartua. A erudição islâmica suaíli também surgiu, a partir do século XVIII, incorporada em histórias de cidades-estados como a Crônica de Pate ou na poesia de resistência do século XIX de Mombasa, da autoria de Muyaka bin Haji. O mesmo aconteceu nos Reinos Hauçás, dando origem à Crônica Kano como forma narrativa genérica. Esses documentos se concentravam no poder do Estado e não nos processos sociais mais amplos. No século XIX, uma vigorosa intelectualidade islâmica floresceu também no califado de Sokoto, representado pelos vastos escritos do califa fundador Shehu, Usuman dan Fodio e os de seus sucessores.

O segundo *corpus* de fontes escritas consistia em relatos de comerciantes europeus e de viajantes datados do século XV. Eles transmitiam a imagem de uma África exótica e primitiva, muitas vezes em guerra consigo mesma, particularmente no século XIX. O terceiro tipo de escritos veio dos africanos na diáspora das Américas, começando com Olaudah Equiano em 1791, estendendo-se até Edward Wilmot Blyden no século XIX e W. E. B. Du Bois e Leo Hansberry no século XX. Essa tendência marcou o oposto do esforço europeu: procurou glorificar o passado africano. Na África, Cheikh Anta Diop tentou provar que a base da antiga civilização egípcia era negra e africana. Essa tendência foi apreendida pela escola do afrocentrismo norte-americana, liderada por Molefi K. Asante.

A historiografia colonial produziu seu próprio conhecimento da África, baseado na premissa da superioridade europeia e na natureza civilizadora de sua missão. A historiografia colonial apresentou os europeus como os principais atores em qualquer transformação significativa do continente africano desde sua “descoberta”, exploração e conquista. *White Man’s Country: Lord Delamere and the Making of Modern Kenya* (1935), de Elspeth Huxley, era típico desse gênero. Os africanos eram vistos pelos administradores, missionários, historiadores e antropólogos como estáticos e primitivos, os receptores passivos do progresso europeu. As óbvias realizações artísticas da África, seus monumentos históricos, seus reinados – que se assemelhavam a qualquer outra burocracia do tipo ocidental – e suas complexas instituições religiosas foram atribuídas a estrangeiros, os conquistadores hamitas do nordeste. A “hipótese hamítica” (Sanders 1969) foi baseada na doutrina *ex oriente lux* (do leste vem a luz). Serviu como “uma explicação conveniente para eventos históricos complexos, uma explicação que preenchia um vácuo histórico e servia como justificativa para o domínio colonial” (Fagan 1997, 52). Ela era onipresente e foi empregada para explicar a urbanização da costa oriental, bem como os mitos de origem iorubás. O fator externo no século XX foi o colonialismo europeu, visto como uma missão civilizadora entre povos inferiores. A história serviu como uma legitimação ideológica da Europa na África. Aos olhos de pelo menos um historiador africano, isso era uma “historiografia bastarda” (Afigbo 1993, 46).

O movimento nacionalista foi, em parte, um desafio a essa noção de africanos como povos sem história. Com a conquista da independência na década de 1960, surgiu uma historiografia pós-colonial centrada no continente, mas também com significativo apoio liberal do exterior. A historiografia liberal da década de 1960 procurou ajudar os africanos a recuperar e reivindicar suas próprias histórias, em consonância com a conquista da independência política, a

distinguir a história dos europeus na África da história dos povos africanos e a escrever a história do “ponto de vista africano”. Conceitualmente, os liberais trabalharam dentro de uma estrutura interdisciplinar ao lado de arqueólogos, cientistas políticos e historiadores econômicos. Metodologicamente, eles desenvolveram o campo da história oral e se apropriaram e ampliaram o leque de perguntas que eram feitas pelos antropólogos sociais sobre a mudança social. O tema favorito do período era a resistência africana, e seu oposto, a opressão sobre a África. O par *resistência e opressão* (Cooper 1994) inspirou a pesquisa magistral sobre Samori Toure da autoria de Yves Person, sobre a guerra Maji Maji em Tanganica realizada por John Iliffe e Gilbert Gwassa, sobre a guerra Chimurenga na Rodésia do Sul (Zimbabwe), feita por Terence O. Ranger, e sobre a revolta Herero/Nama na Namíbia, feita por Helmut Bley. “O povo na resistência africana” tornou-se um mantra nesse período. Uma visão oposta inicial sugeria que dentro das comunidades africanas havia um paradoxo de colaboração e resistência; que dentro das texturas das sociedades africanas os resistentes de hoje seriam os colaboradores de amanhã, criando assim “o paradoxo da colaboração” (Steinhart 1972; Atieno-Odhiambo 1974). O par *resistência e opressão* ainda dominava a historiografia africana na década de 1980.

Na década de 1960, a Universidade de Dar es Salaam tornou-se a mais associada a esse entusiasmo pela recuperação da iniciativa africana. A escola de história de Dar es Salaam foi criada sob a liderança de Terence O. Ranger. Buscou-se elucidar o valor explicativo da história africana como disciplina, dar à Tanzânia sua história nacional e engajar-se em debates relacionados à construção do socialismo Ujamaa no país. O breve impulso nacionalista (1965-1974) dessa historiografia começou a ser desafiado, no início dos anos 1970, por seu fracasso em se envolver com os contextos imperiais e globais em que as ações e iniciativas foram realizadas, e por sua tendência a reduzir estratégias complexas de engajamento em níveis diversos com forças internas e externas à comunidade em uma única estrutura a fim de enfatizar o agir, a adaptação, as opções e a iniciativa africanas.

Essa resposta radical ao paradigma dominante foi motivada pelo aparecimento de historiadores, antropólogos e cientistas políticos marxistas na década de 1970, o que levou a enfatizar a análise de classe nos níveis global e local (Rodney 1974). A história econômica tornou-se o primeiro *locus* dos debates progressistas/radicais. Uma escola demandava análise substantiva focada na cultura enquanto força operante na história econômica africana, e aplicou a análise ocidental de mercado à atividade econômica africana. A abordagem liberal privilegiava o agir individual, enquanto a abordagem radical via o poder político e as restrições econômicas como as principais características operativas do processo histórico (Newbury 1998, 304). Os radicais deram ênfase à história da pobreza africana no contexto do capitalismo global.

A RECUPERAÇÃO DA INICIATIVA

A criação de universidades de tipo ocidental na África às vésperas da independência representou um importante marco naquilo que os estudiosos africanos passaram a considerar como a recuperação da iniciativa africana. Os novos departamentos de história colocaram o ensino da história africana em vez da história europeia no centro do currículo, com um compromisso total em favor da africanização do aprendizado através de professores africanos, treinados na Europa e nos Estados Unidos por indivíduos com formação em história imperial ou história das missões. Eles, por sua vez, assumiram a liderança nas universidades africanas criadas em Ibadan (Nigéria), Legon (Gana), Nairobi (Quênia) e Dar es Salam (Tanzânia). Seu maior desafio era metodológico: a história tal como entendida no Ocidente era baseada em documentos escritos. A maior ruptura veio com a aceitação e refinamento da metodologia das tradições orais como forma de recapturar as vozes africanas do passado. *De la tradition orale* (1961), de Jan Vansina, traduzido para o inglês como *Oral Tradition* (1965), exerceu enorme influência.

As tradições foram tratadas como narrativas e estudos posteriores as definiram como equivalentes a documentos primários escritos, bem como representações de interpretações secundárias contendo núcleos de textos originais. O estabelecimento de cronologias relativas foi outra grande inovação, pois a datação calendarizada de eventos com base em listas de governantes em estados africanos e eclipses solares e lunares foram correlacionados com fontes escritas. Disciplinas auxiliares, particularmente a arqueologia e a linguística histórica, estenderam a escala de tempo do passado remoto, pois a técnica do carbono 14 forneceu aos arqueólogos datas que remontam a quatro milênios (Thornton 1997). Além disso, a glotocronologia e metodologias comparativas mais complexas permitiram que os linguistas históricos fornecessem datas que remontam a dois milênios em locais como a África oriental. Assim, as origens das civilizações antigas, a disseminação do trabalho do ferro, as migrações e assentamentos bantos – questões-chave nos discursos históricos do período – encontraram ressonância em disciplinas que trabalham em conjunto (Ehret 1998).

A incorporação das tradições orais encorajou uma tremenda expansão nos programas de pós-graduação nas universidades africanas, pois a primeira geração de estudiosos africanos assumiu a supervisão de estudantes que procuravam dar histórias aos muitos grupos étnicos que até então não tinham história. Além disso, a exigência de que os alunos de graduação em história preparassem uma monografia permitiu que milhares de alunos fizessem pesquisas orais e de arquivo, levando a um envolvimento com as histórias locais, uma vez que os alunos passavam dois a três meses em campo entrevistando especialistas orais. Tal contribuição colocou a história acadêmica em contato com a sociedade em geral e ajudou a construir ligações entre a academia e o público durante um período de vinte anos, antes que os recursos das universidades africanas se esgotassem. A existência de mais de seis mil dessas dissertações é um marco da retomada da iniciativa perseguida pelos pioneiros, assim como da institucionalização da história na África. Além disso o esforço resultou em algumas publicações de ensaios de qualidade (McIntosh 1969; Mutahaba 1969; Webster 1974; Atieno-Odhiambo 1975).

VARIAÇÕES TEMÁTICAS

Desde o início da década de 1970 a história africana se ramificou em diversas especializações. Os estudos sobre o tráfico atlântico de escravos, inicialmente inspirados no trabalho de P. D. Curtin (1969), floresceram em debates sobre os números envolvidos; a natureza da escravidão doméstica na África antes e depois da fase atlântica; o impacto do comércio atlântico de escravos nas economias, demografias e desenvolvimento africanos; estudos comparativos sobre a escravidão na costa leste africana e no Novo Mundo; e a morte lenta da escravidão na África do século XX. A sua dimensão recente mais significativa foi a expansão do quadro analítico para a história atlântica (Miller 1988) e o enriquecimento do campo dos estudos comparativos. Como resultado,

Pode-se ver agora como as aldeias nas profundezas da África equatorial se uniram às *plantations* em partes remotas do Brasil, nas ilhas do Caribe e no interior da Carolina do Sul. Não é simplesmente que os estudos, como o esplêndido livro de Joseph Miller sobre o tráfico português de escravos, tenham seguido todos os elos da grande corrente que unia a África à América. Mais do que isso: a escravidão em toda a bacia atlântica – aquela enorme área pan-ocêânica que incluía grandes partes de dois continentes – foi vista de forma abrangente como um único “sistema, fundamental para todo o comércio atlântico” (Bailyn 1996, 33).

O estudo histórico das religiões africanas, dos missionários cristãos, dos cristãos africanos independentes e das religiões tradicionais africanas atraiu Terence O. Ranger, Isaria Kimambo e B. A. Ogot. A. G. Hopkins aplicou a análise substantivista ao comportamento econômico africano em *An Economic History of West Africa* (1973). A revista de David Henige, *History in Africa*, surgiu como a principal revista dedicada a questões de método, criticando o uso acrítico das tradições europeias e africanas. *Ecology, Control and Economic Development in East Africa* de Helge Kjekshus (1977) foi o texto fundador da história ambiental na historiografia da África Oriental. Com a intenção de restaurar o povo como agente das iniciativas africanas, o autor esboçou como as sociedades pré-coloniais controlavam seu meio ambiente e foram vitoriosas na luta ecológica até o final do século XIX, quando a peste bovina e a varíola devastaram as populações humana e bovina. Esse colapso foi exacerbado pela violenta conquista feita pelos alemães; pelo recrutamento compulsório para a Primeira Guerra Mundial e pelas políticas britânicas de assentamentos forçados, recrutamento de mão de obra, preservação da vida selvagem e exploração econômica. O declínio populacional resultante deu vantagem à “natureza” e a infestação de moscas tsé-tsé, a doença do sono e o declínio na produção agrícola se instalaram. Nas duas décadas seguintes essa historiografia tornou-se mais complexa à medida que histórias arquivísticas e orais foram usadas para iluminar as relações complexas entre meio ambiente, pessoas, história, cultura e estruturas político-econômicas. Em *Custodians of the Land* (Maddox, Gilbin e Kimambo 1996), os africanos colonizados são retratados como avançando apesar da adversidade colonial, aprendendo não apenas a sobreviver, mas a prosperar sob novos desafios. O trabalho enriquece a análise da relação entre mudanças populacionais e economia política. Na opinião de um resenhista, isso marca uma pesquisa sobre o estado da arte a respeito das relações entre ecologia e história, sugerindo que a condição ecológica atual é produto de uma interação complexa e contestada entre meio ambiente, iniciativa local e impulso imperial ao longo do século passado (Maddox, Gilbin e Kimambo 1996). Surgiram histórias

demográficas, médicas e trabalhistas africanas, estas últimas impulsionadas pelos interesses estruturais marxistas nas lutas de classes e pelo surgimento da consciência da classe trabalhadora (Cooper 1995). Os estudos sobre o campesinato surgiram com *Rise and Fall of the South African Peasantry* (1979), de Colin Bundy, e se difundiram continuamente na África central e oriental. Este campo floresceu como história da agricultura (Vail e White 1980; Mandala 1990). Como tema da historiografia pós-colonial, ela surgiu inicialmente pelo reconhecimento da ausência geral de camponeses da literatura colonial e floresceu na esteira do desenvolvimento de metodologias que permitiram a inclusão dos temas rurais na investigação histórica. Um aspecto marcante desse processo foi que os métodos históricos para estudar os camponeses na África se desenvolveram através do uso de dados qualitativos, como testemunhos, em vez de dados quantitativos, como estatísticas (Newbury e Newbury 2000, 834).

A agenda global sobre as mulheres inspirou as primeiras histórias das mulheres em África relacionadas com os papéis das mulheres no desenvolvimento econômico e sobre as mulheres africanas e o direito. Estes foram enriquecidos pela multidisciplinaridade proporcionada pelos estudos feministas, de gênero e literários, resultando em uma historiografia distinta das especializações mais ortodoxas por sua familiaridade no diálogo com outros continentes (Oyewumi 1997, 1998). A primeira onda de estudos sobre mulheres na década de 1970 concentrou-se principalmente nas atividades economicamente produtivas e na agência social das mulheres africanas. Este trabalho tratou as mulheres no desenvolvimento, especialmente a mudança agrária, a posse da terra, a urbanização e seus papéis nas economias formais e informais. A segunda onda se concentrou no período colonial e estudou questões relativas à domesticidade colonial, direito consuetudinário, maternidade, reprodução, sexualidade e corpo. O estudo sobre prostituição feito por Luise White, *The Comforts of Home* (1990), é representativo. A onda cultural mais recente cobriu o gênero e a masculinidade, identidades sócio-institucionais, lutas homosociais e geracionais (Hunt 1996). O léxico da história cultural cobriu significados de gênero, modernidade, colonialidade, pós-colonialidade, consumo e cultura pública. Assim, houve uma mudança de paradigma da história das mulheres para a história de gênero, colocando este conceito em primeiro plano como um conjunto de relações sociais e simbólicas (Cohen e Atieno-Odhiambo 1992; Robertson 1997).

A historiografia da história religiosa cristã passou da missiologia para a adoção do cristianismo pelos africanos à medida que as comunidades cristãs se sentiram capazes de se deslocar das margens da sociedade para mais perto de seu centro e se apropriar de algo dos valores de um passado que antes era visto como hostil a ele (Spear 1999). Esse movimento posterior levou ao estudo da apropriação e adaptação das tradições para inserir o cristianismo na história africana. Trabalhos anteriores sobre missiologia incluíram *The Missionary Factor in East Africa* (1962), de Roland Oliver. O estudo de igrejas independentes desde os *Bantu Prophets* de B. Sundkler (1948) tem se preocupado com a percepção de discriminação e a discriminação real no interior das igrejas missionárias. Eles enfatizaram a autonomia africana, a continuidade com elementos das culturas africanas passadas, o caráter instrumental e o uso da cura pela fé, e ainda a busca por “comunidade”. As comunidades espirituais de igrejas independentes oferecem um espaço de pertencimento, *A Place to Feel at Home* (Welbourn e Ogot 1967).

Uma importante tendência na historiografia do cristianismo surgiu na década de 1980, que descrevia a religião como um aspecto indivisível de mudança geral e mesmo de mudança especificamente econômica, política e social (Fields 1986). Isso contrasta com o trabalho de teólogos africanos que continuam a manter um foco na religião como um domínio autônomo específico cujo texto central é a Bíblia traduzida para as diferentes culturas (Sanneh 1990), uma mistura de traduzibilidade e pluralismo cultural radical – a capacidade do cristianismo de transcender fronteiras culturais (Spear 1999, 10). Na década de 1990, os estudos se concentraram na história intelectual, explorando a contribuição missionária para as ideias de etnia, meio ambiente e gênero (Hoehler-Fatton 1996). Os debates sobre a história social do cristianismo buscam trazer uma compreensão dialógica e dialética para a história das missões no período colonial. As obras de Jean e John Comaroff (1991/1997) articularam as fontes sociais, as ideologias dos missionários e a etnografia dos Tswana. A gama inovadora de evidências que eles pesquisaram incluiu encontros culturais, econômicos e políticos, dando peso ao simbólico. Empregaram as noções de hibridismo e bricolagem para demonstrar como tanto os missionários quanto os Tswana fizeram e refizeram a si mesmos. As historiografias atuais buscam deslocar o discurso sobre o cristianismo vernacular da sede da missão para a aldeia, colocando em primeiro plano os papéis da juventude, das mulheres e das elites migrantes. Ao enfatizar o significado social da religião, esses estudos exploram o tema da inculturação a partir de baixo: um processo pelo qual os africanos se apropriaram e assenhорaram dos símbolos, rituais e ideias do cristianismo. A preeminência do local se evidencia (Landau 1995). E o encontro religioso da África com o Ocidente agora assumiu uma forma global de um discurso (Sanneh 1993).

Para resumir: do ponto de vista do final do século XX, a historiografia africana passou da história institucional para a econômica, depois a social e agora a história cultural. A rubrica de história social capta muito da historiografia mais recente. Sua força tem sido sua multidisciplinaridade e sua multivocalidade. Os insights da história, economia política, antropologia histórica, estudos literários e outras formas de ciência social foram combinados para iluminar os seguintes parâmetros de compreensão: paisagens da memória e imaginação, a construção da identidade, a colonização da consciência, textos coloniais e transcrições como práticas sociais, o consumo do lazer, a produção e os riscos do conhecimento, o oculto e o imaginário (White 2000), bem como os rituais do poder. A anatomia da “experiência, identidade e auto-expressão que ligam as glórias da independência passada, as misérias da dominação e da pobreza e as esperanças de um futuro totalmente autônomo” (Austen 1993, 213) estão no centro mesmo desse esforço, em *ReInventing Africa*, para evocar o título apropriado de Andre Brink. De fato, pode-se afirmar corretamente que, no final do século XX, alcançamos o objetivo que Cheikh Anta Diop estabeleceu para nós em 1954, ou seja, o estabelecimento de uma “história fundacional” (Feierman 1999) para todo o continente, como é evidenciado pela conclusão dos projetos História Geral da África da UNESCO e História da África da Cambridge.

IMPACTO INSTITUCIONAL

Em termos de distinção institucional, a “Escola de História de Ibadan” teve suas origens na década de 1950, quando Kenneth Onwuka Dike e Saburi Biobaku assumiram cargos acadêmicos na universidade. A obra de Dike, *Trade and Politics in the Niger Delta* (1956), abriu caminho para o estudo das iniciativas e lutas africanas no momento do contato com o imperialismo europeu no século XIX. Estudiosos associados a Ibadan dominaram o conhecimento acadêmico nigeriano por três décadas: Dike, Biobaku, J. F. Ade Ajayi, E. A. Afigbo, E. A. Ayandele, J. E. Alagoa e Obaro Ikime. Eles, por sua vez, treinaram gerações de estudiosos mais jovens que emergiram por conta própria desde a década de 1970. A escola de Ibadan caracterizou-se por sua ênfase no comércio e na política, no impacto missionário, nas revoluções islâmicas e no surgimento do Estado nigeriano. A preocupação inicial era estabelecer uma cronologia e reconstruir os acontecimentos políticos e militares. Materiais de arquivo foram complementados com tradições orais, e uma estrutura de história política para a Nigéria foi estabelecida. Esquemáticamente, a escola de Ibadan lidava com comércio e política; as novas elites africanas criadas em torno das estações missionárias; a luta pelo controle de instituições modernas como igrejas, profissões e cargos governamentais; e, finalmente, o traçado de uma genealogia do nacionalismo. Com a expansão das universidades na Nigéria das décadas de 1960 e 1970, a influência de Ibadan foi estendida aos novos *campi*. O maior desafio a essa tendência veio dos legitimistas islâmicos baseados na Universidade Ahmadu Bello, liderados por Abdullahi Smith, que clamaram por um retorno aos “ideais e tradições de erudição consagrados pelo tempo que formaram a base do esforço intelectual no mundo islâmico por séculos: tradições e ideais que as antigas universidades do mundo islâmico foram fundadas para preservar” (Lovejoy 1986, 202). À medida que a política nigeriana se tornou cada vez mais polarizada, a escola de Ibadan continuou a dominar as universidades do sul da Nigéria, enquanto os legitimistas islâmicos se mantiveram no norte.

A historiografia senegalesa tem base universitária e privilegia os últimos quinhentos anos de contato e intercâmbio com a Europa e o mundo atlântico. A região da Senegâmbia presta-se a um campo unificado de estudo além dos limites do estado nação e tem sido tratada como tal por gerações de estudiosos. A historiografia reflete a predominância das tradições francesas de erudição e priorização, bem como a proeminência anglófona norte-americana nas dotações de pesquisa. A erudição local baseada em Dakar foi subjugada por essas influências metropolitanas e sufocada durante o longo período de gestação exigido para o doutorado francês, além do subimperialismo básico dos africanistas franceses (Gondola 1997; Cahen 1997; Chretien 1997). Assim, a “escola de Dakar” de história – história produzida pelos próprios senegambianos – tem sido um parceiro menor neste empreendimento tricontinental. Ainda assim, ela tem um *pedigree* impressionante. A primeira geração pioneira foi liderada por Cheikh Anta Diop, Abdoulaye Ly e Joseph Ki-Zerbo na década de 1950; eles foram seguidos pela geração de Djibril Tamsir Niane na década seguinte. A preocupação então era com a história política nacionalista, salientando o paradigma da resistência africana e enfatizando protonacionalistas como Lat Dior Lator Diop, Bai Bureh e Ahmadu Bamba. Na década de 1970 a geração de Cissene Moody Cissoko, Boubacar Barry, Abdoulaye Bathily, Mamadou Diouf e Rukhaya Fall abraçou os métodos das ciências sociais para a compreensão das crises de subdesenvolvimento e dependência no período

moderno e procurou reinterpretar os últimos quinhentos anos como um período de declínio contínuo da riqueza daquela região. Essa perspectiva informa o anseio pela dissolução das fronteiras do estado colonial e um retorno à unidade histórica da Grande Senegâmbia (Barry 1998).

A região da África Oriental, lar de numerosas comunidades sem Estado, foi beneficiada com a aceitação da tradição oral como um método legítimo de história. O precursor historiador B. A. Ogot argumentou com sucesso que esse método poderia ser usado de forma válida para sociedades não estatais. Seu *History of the Southern Luo* (1967) inspirou pesquisas e publicações nas universidades de Nairobi e Makerere, e mais tarde no Malawi e na Nigéria Ocidental por influência de J. B. Webster. A construção das identidades étnicas e da história tiveram um lugar central a princípio, dando a dezenas de “tribos” uma história própria (ver, por exemplo, Ochieng’ 1974). As entrevistas tornaram-se uma metodologia de trabalho de campo aceita também para a história colonial, especialmente porque os africanos comuns dificilmente eram representados nos arquivos oficiais como criadores de sua própria história. Assim, o resgate das histórias de resistência africana, dos camponeses, da mão de obra migrante, posseiros, comércio regional, história religiosa, lutas agrárias, histórias das mulheres, história intelectual, tradições orais da zona rural e questões de equidade moral foram todos realizados por estudantes de graduação e por historiadores locais e estrangeiros ao longo de duas décadas. A atmosfera de pesquisa relativamente favorável no Quênia, até o final da década de 1970, permitiu a construção de uma historiografia sólida, na esteira das iniciativas de Ogot.

Um aspecto importante da profissionalização da disciplina foi a fundação de Associações Históricas nacionais, mais proeminentes na Nigéria, Quênia e Tanzânia, e que se completa com o surgimento de seus próprios periódicos como o *Journal of the Historical Society of Nigeria* e o *Kenya Historical Review*. As associações serviram como pontes reunindo professores do ensino médio e acadêmicos universitários em conferências anuais regulares. Um importante subproduto desses esforços foi a publicação de livros didáticos adequados para uso por professores e alunos nas escolas secundárias, em especial *A Thousand Years of West African History* (1960) de Jacob Ajayi e Ian Espie e *Zamani* (1969) de B. A. Ogot e J. A. Kieran. Além disso, a Associação Histórica da Tanzânia produziu uma série de excelentes panfletos sobre tópicos importantes, escritos por historiadores de Dar es Salaam, como *Early Trade in East Africa* por J. E. G. Sutton, *The East African Slave Trade*, de Edward Alpers, e *The West African Slave Trade*, de Walter Rodney. A destruição precoce da Universidade Makerere pelo ditador Idi Amin interrompeu a série de panfletos *Makerere Historical Papers* logo após a publicação de *The Kingdom of Bunyoro-Kitara: Myth or Reality?* de M. Kiwanuka, e *Lugard in Kampala* de John Rowe. Destaca-se também a revista pan-africana *Tarikh*, também um produto da Associação Histórica da Nigéria, cujos ensaios foram muito utilizados por alunos de graduação. Um legado duradouro das crises econômicas e políticas africanas foi o desaparecimento de todos esses veículos profissionais desde o início dos anos 1980. Muita esperança é, portanto, investida no surgimento da Associação Histórica da África do Sul sob a liderança de Arnold Temu em 1999.

HISTÓRIA NACIONALISTA: ÁFRICA ORIENTAL

O devotado fantasma do africanismo pode ser representado nas duas faces da mesma moeda: com o Estado de um lado e a nação do outro. Quer se tente ignorá-la, trabalhar nela ou adorá-la, a história, escrita ou recitada publicamente, não escapa ao Estado (Jewsiewicki 1986, 14).

A meta-narrativa da historiografia nacionalista começa com *Nationalism in Colonial Africa*, de Thomas Hodgkin (1956), um texto populista que buscava equiparar o nacionalismo a qualquer fenômeno de protesto em geral. Com a conquista da independência política surgiu uma historiografia nacionalista. Ela procurava estudar as origens e a trajetória do nacionalismo africano através das lentes da teoria da modernização, enfatizou o surgimento das elites africanas e o lançamento de partidos políticos de estilo ocidental. Uma vertente do gênero procurou desnudar as conexões entre os principais atores da resistência à conquista colonial, as elites modernizadoras do período do Entre-guerras e os nacionalistas territoriais posteriores dos anos 1950, que viam na conquista da independência política o objetivo do nacionalismo. Isso facilitou a escrita da história dos novos estados como a história da “voz africana”, e dessa voz como a voz das elites (Ranger 1970). Tais elites estavam conscientes das aspirações das massas e foram capazes de atrair um amplo público, além de articular as preocupações populares, falando em nome “daqueles que não falaram”. Movimentos rurais radicais foram, assim, articulados através dos notáveis locais, como a família Samkange na Rodésia do Sul, a um panorama mais amplo de discursos nacionalistas (Ranger 1996). Assim, no caso de Tanganica, membros das elites políticas como Julius Nyerere encontraram uma causa comum com organizações locais desafiando tudo, desde regulamentações comerciais injustas a controles restritivos de colheitas, de banho de imersão de gado a alienação de mais terras europeias. No contexto de uma Grã-Bretanha imperial que era ambivalente quanto à sua necessidade de manter a Tanganica sob controle e que estava ansiosa para conter a disseminação de atividades como a dos insurgentes Mau Mau, Julius Nyerere e seus aliados na União Nacional Africana de Tanganica, principal partido político que lutou pela independência da Tanzânia (TANU), galvanizaram a demanda do movimento de base pela independência (Illiffe 1979). A historiografia mais recente tem criticado essa narrativa por sua centralidade masculina, defendendo o protagonismo das mulheres no movimento nacionalista da Tanzânia, enfatizando seu papel na política partidária rural e urbana. Assim, surgiu uma versão mais inclusiva que integra o trabalho político, cultural e simbólico das mulheres no passado e no presente do nacionalismo (Geiger 1997).

Poder sobre a história

Há um contraste marcante entre Tanganica, onde a ideia de nação era uma possibilidade, e o Quênia, onde o Estado não conseguiu estabelecer seu “regime da verdade” na narrativa nacionalista. O Quênia foi um Estado conquistado desde o início, cuja historiografia inicial estava ancorada nos colonizadores europeus para os quais era aquele era um país do homem branco. Assim, a política britânica para seus súditos coloniais africanos atraiu a atenção acadêmica (Dilley 1937) e também gerou um debate historiográfico à medida que as tensões se desenvolviam entre africanos e colonos (Huxley 1944). A própria construção dessa ordem colonial engajou historiadores na década de 1960 que buscavam compreender as origens do Estado (Mungeam 1966), da colonização europeia como parte da tese da fronteira (Sorrenson 1967) e da participação europeia na descolonização (Wasserman 1974). Perspectivas marxistas críticas surgiram na década de 1970, quando o papel do colonialismo no subdesenvolvimento do Quênia ganhou destaque (Zwanenberg 1975; Brett 1973; Leys 1974) e o quadro geral de dominação e controle foi explicado (Berman 1990).

A antítese local dessa narrativa de conquista britânica era o anticolonialismo, diferentemente entendido como nacionalismo africano (Rosberg e Nottingham 1966), revolta camponesa (Maloba 1994), resistência africana contra o colonialismo (Ochieng⁷ e Ogot 1995), ou, como na historiografia da rebelião Mau Mau, um fenômeno específico da região central do Quênia (Lonsdale 1992). A historiografia da revolta tem se deslocado cada vez mais da narrativa nacionalista para os níveis locais, com foco significativo nos posseiros (Kanogo 1987) no Vale do Rift (Furedi 1989), no distrito de Muranga (Throup 1987) e no distrito sul do Kiambu (Kershaw 1997). A participação de mulheres Kikuyu no movimento Mau Mau tanto como mobilizadoras quanto como combatentes no sul de Kiambu ficou demonstrada (Presley 1992). O próprio poder das “descrições densas” locais criou, assim, espaço para o desenvolvimento da história intelectual do Quênia central como um componente vital da historiografia do Quênia (Berman e Lonsdale, manuscrito). O poder dos Mau Mau como um evento histórico com profundo significado cultural e simbólico para os próprios Kikuyu foi capturado pelo trabalho de John Lonsdale sobre a economia moral dos Mau Mau, um trabalho que lhe confere especificidade étnica e histórica, derrubando totalmente a possibilidade de se reinventar uma narrativa nacionalista queniana (Berman e Lonsdale 1992). A narrativa Mau Mau tem outro poder manifestado através dos muitos debates em arenas públicas; e tem sido um tropo para as críticas do estado pós-colonial a partir de baixo (Atieno-Odhiambo 1992). Essas preocupações com as problemáticas internas não consideram o nacionalismo como um pré-requisito ideológico para a construção de um futuro Estado-nação (Atieno-Odhiambo 1999).

Além do Quênia, a fascinação pelo levante Mau Mau suscitou o interesse pela consciência camponesa na luta de libertação posterior no Zimbábue, por debates sobre o significado da consciência camponesa e pelo envolvimento com a questão mais ampla da guerra e da sociedade no Zimbábue (Ranger 1985; Kriger 1992; Ranger e Bhebe 1996). Emergiu uma narrativa da sociedade zimbabuense como uma narrativa de luta, mas também uma crítica subjacente que aponta para uma aliança profana das elites dominantes e das guerrilhas às custas do resto da sociedade na era pós-colonial (Ranger 1999).

A produção de uma história no Malawi foi atrofiada devido à idiossincrasia sem limites do Presidente Kamuzu Banda. Por trinta anos, a ditadura de Banda procurou controlar a pesquisa, a escrita, o ensino, as exposições em museus e as discussões de temas históricos no rádio e na mídia impressa. O estudo acadêmico de história na universidade seguiu sua liderança, inicialmente ensinando a partir de um arquivo colonial estabelecido por Sir Harry Johnston. Este arquivo foi a base da pesquisa histórica profissional durante grande parte das décadas de 1960 e 1970. O pano de fundo em que se deram esses desenvolvimentos transformou cada vez mais a narrativa nacionalista em odisseia pessoal, transformando a história pré-colonial no triunfo do grupo étnico Chewa sobre os demais grupos (Kalinga 1998). No final da década de 1960, a narrativa triunfalista do nacionalismo estava virtualmente morta em todos os lugares, exceto na Tanzânia (Iliffe 1979).

As decepções com os resultados da independência política a partir de meados da década de 1960 levaram a um pessimismo radical, capturado pelo título do livro de Oginga Odinga *Not yet Uhuru* (1967), e às críticas aos projetos de construção da nação inspirados pelo marxismo, pelas teorias do subdesenvolvimento e pelos escritos de Frantz Fanon e Kwame Nkrumah. O livro *How Europe Underdeveloped Africa* (1974), de Walter Rodney, foi uma afirmação saliente da tese do subdesenvolvimento. Essa literatura foi relevante pelo radicalismo que injetou nos discursos acadêmicos e populares; mas seu impacto nas pesquisas de campo foi mais limitado. Uma consequência não intencional disso foi levantar a questão da possibilidade mesma de uma história africana, dado o fato de que, de acordo com tal tese, o desenvolvimento autônomo da África foi subvertido por quinhentos anos. Uma variante ortodoxa desse pessimismo radical se caracterizou pela mudança de foco das elites africanas para o estudo dos camponeses e trabalhadores como as verdadeiras apostas da luta anticolonial. Os historiadores leram as obras de antropólogos e cientistas políticos, além de conduzirem pesquisas de história oral; o resultado foi um grande impulso nos estudos sobre camponeses (Bundy 1979; Klein 1980; Vail e White 1980; Mandala 1990), bem como em estudos de lutas rurais de posseiros e meeiros (Kanogo 1987; Onselen 1996).

HISTORIOGRAFIA BIFURCADA: ÁFRICA DO SUL

A historiografia dominante da África do Sul é ortodoxa porque foi construída por estudiosos brancos treinados e apegados ao cânone ocidental. É também contemporânea aos contornos rotineiros do desenvolvimento da disciplina histórica desde o século XIX na Europa, ao assumir a história da nação como paradigma de análise (Lorenz 1999). O historiador dominante do século XIX foi G. M. Theal, cujo trabalho canônico nas universidades emergentes na África do Sul forneceu uma defesa da colonização dos africanos. O tratado de Theal era uma justificativa para a colonização branca, pois seus africanos eram retratados como imigrantes recentes no país, quase contemporâneos das populações brancas do século XVII. Ele sugeriu que os africanos, devido à sua necessidade de gado, lutavam continuamente entre si e, portanto, estavam prontos para a “pacificação” europeia. De qualquer forma, a população africana era escassa e, portanto, os *Voortrekkers* [pioneiros] africanos da década de 1830 haviam se mudado para um território largamente despovoado. O autor aceitou as políticas segregacionistas dos britânicos contra os africanos ao longo do

século com base na superioridade racial branca e na inferioridade africana. Em uma palavra, a Grã-Bretanha tinha direito à África do Sul porque o poder branco havia triunfado sobre os povos africanos.

A segunda etapa dessa historiografia foi associada à tradição liberal de William Miller Macmillan, cujos estudos na década de 1920 argumentavam contra as políticas segregacionistas que então estavam sendo implementadas. Macmillan defendeu uma visão holística da história sul-africana que incluísse o papel dos africanos na construção da história da África do Sul. Ele foi o primeiro historiador sul-africano a insistir que se estudasse “a vida cotidiana das pessoas, como elas viviam, no que pensavam e no que trabalhavam, quando elas pensavam e trabalhavam, o que produziam, o que e onde elas comercializavam e toda a sua organização social” (Saunders 1987, 139). Macmillan, que não estava interessado na história africana exceto como antiquarianismo, aceitava que os africanos eram menos civilizados, mas negava que as diferenças raciais fossem inerentes e permanentes, defendendo o estudo de um todo complexo que visasse a criação da África do Sul como uma única sociedade, cimentada por uma economia que ligava proprietários brancos, arrendatários brancos sem-terra e africanos reduzidos à servidão.

C. W. de Kiewet aceitou esse quadro econômico com uma síntese da história sul-africana no contexto da política imperial britânica na década de 1880. Como Macmillan, ele estava menos interessado em dar aos africanos a sua história do que em explicar a política britânica em relação aos africanos. J. S. Marais, que foi aluno de Macmillan, seguiu a mesma tradição com estudos empíricos baseados no pressuposto de uma sociedade sul-africana única, embora heterogênea. Tanto de Kiewet quanto H. M. Robertson, na década de 1930, consideravam a fronteira como o lugar da contínua interação entre negros e brancos, um local de cooperação onde novos laços sociais e econômicos eram forjados. Eric Walker, influenciado por Frederick Jackson Turner, fez da tese da fronteira um dos principais pilares da historiografia sul-africana, a fim de explicar o desenvolvimento histórico do país (Saunders 1987). Todos os autores estavam unidos em sua rejeição do racismo e da segregação como os objetivos últimos do governo porque isso só poderia significar a continuação da dominação branca.

Após a Segunda Guerra Mundial, houve um interesse renovado na ideia do Império Britânico e de suas relações com a África do Sul branca à luz da conquista do poder estatal pelos africanos em 1948. O período desde o ataque de Jameson em 1895 até o Ato de União em 1910 foi revisitado como a grande virada histórica entre bôeres e britânicos, levando à disjunção entre as historiografias africanas e inglesa. Leonard Thompson se afirmou como o historiador imperial desta época. Um grande marco historiográfico veio com a publicação da *Oxford History of South Africa* no final dos anos sessenta. Pela primeira vez a história dos africanos foi incluída no âmbito da história sul-africana. Tal gesto se deve aos estudos africanistas que surgiram em universidades independentes da África Negra, bem como ao surgimento da história africana nos Estados Unidos e na Europa. Os primeiros capítulos delinearam estruturas e instituições africanas pré-coloniais. Sua marca de nascença sul-africana ficou evidente na preocupação com o tema da interação como agenda para uma sociedade plural. Com sua ênfase em escrever uma história de todos os povos da África do Sul, a *Oxford History* foi vista como “fiel ao humanismo liberal, um marco importante na historiografia da África do Sul”

(Butler e Schreuder 1987, 163). No entanto, ela não se dedicou ao problema da relação entre estrutura e poder.

Esse hiato foi o ponto de partida seguinte na historiografia sul-africana. A historiografia revisionista surgida na década de 1970 foi influenciada por novas tendências nos estudos históricos na Europa ocidental, em torno dos quais a nova geração de historiadores brancos sul-africanos havia gravitado. Sua formação de pós-graduação foi marcada pela historiografia africanista, bem como pelas grandes estruturas da história mundial (Barrington Moore Jr., Eric Wolf, Immanuel Wallerstein); escritos norte-americanos sobre raça; tradições marxistas britânicas e europeias (Poulantzas, Althusser, Gramsci e Habermas); debates sobre o subdesenvolvimento latino-americano (André Gunder Frank); a escola dos Annales; e ainda pelo movimento *History Workshop* (Marks 1986). Os historiadores revisionistas – Shula Marks, Stan Trapido, Martin Legassick, Dan O’Meara, Charles van Onselen, Colin Bundy, F. A. Johnstone e H. Wolp incorporaram novas interlocuções. A historiografia marxista infundiu a economia política em todos os campos, postulando o paradigma dos modos de produção como *de rigueur*. O trabalho desses sul-africanos sobre as formações sociais pré-capitalistas levou a estudos de um passado africano diferenciado, sucessivamente penetrado pelo capital mercantil e pela escravidão, seguido pelas conquistas dos exércitos imperiais no século XIX e transformado pela industrialização. O surgimento da história das mulheres africanas também coincidiu com a ênfase nos modos de análise marxista e marxista-feminista. Os últimos escritos centravam-se na relação entre produção e reprodução. Eles conceituaram as mulheres africanas pré-capitalistas como dominadas: o controle sobre as mulheres e sua subordinação geral na sociedade forneceram a base conceitual da análise. Era a tese dos “animais de carga”, adornada em trajes estruturalistas (Berger 1994).

A corrente mais numerosa dos revisionistas compartilhava essas preocupações com uma análise materialista de classe e raça, e com a natureza do Estado sul-africano e sua relação com a acumulação de capital. Um marcador-chave foi a identificação da intervenção estatal como crucial para a industrialização bem-sucedida da África do Sul, estruturando simultaneamente a destruição do campesinato africano e criando uma divisão racial-hierárquica do trabalho. Os estudos sobre o Estado também sublinharam o poder crucial do capital internacional e das agências de colonização na formação dos destinos dos negros africanos. Deste modo, havia uma demanda por uma análise materialista de raça e classe (Magubane 1979). Os revisionistas, portanto, aceitaram a centralidade da economia política da África do Sul; as conexões entre o capitalismo e o Estado do *apartheid*, a centralidade das minas de ouro no processo de industrialização sul-africano; a complexa dialética do trabalho migrante e as políticas de segregação nas reservas nativas; bem como as fronteiras indistintas entre camponeses africanos, meeiros e africânderes rurais. Típico dessa historiografia foi *Industrialization and Social Change in South Africa* (1982), editado por Shula Marks e Richard Rathbone. O volume destilava muito do que havia sido alcançado na última década no campo da história social. Os autores foram além das preocupações da historiografia marxista do início dos anos 1970 – trabalho da terra e capital, raça e classe – para narrar as experiências vividas pelos trabalhadores africanos, meeiros, mulheres e família, artes, música e esportes.

A historiografia revisionista foi além dos preceitos liberais e marxistas originais de várias maneiras. Enquanto os marxistas limitaram seus estudos às estruturas de opressão, a nova história colocou em primeiro plano as lutas dos oprimidos. Preocupava-se com grupos que estavam “escondidos da história” e com suas culturas de sobrevivência, oposição, resistência, consciência popular rural e revolução. Buscou-se, assim, oferecer uma concepção de história alternativa à tradição liberal e positivista dos anos 1950 e 1960. Na década subsequente, de meados da década de 1980 a meados da década de 1990, essa iniciativa amadureceu com a publicação de monografias inovadoras, tais como *The Seed is Mine*, de Charles van Onselen (1996), uma biografia do meeiro Kas Maine, e *The Moon is Dead! Give us Our Money!* de Keletso Atkins (1993), um estudo sobre trabalhadores urbanos em Durban. Estes trabalhos são típicos da importância da revolução industrial para as pessoas que a vivenciaram na base. É de se lamentar, no entanto, que não haja negros africanos treinados por essa equipe nas universidades sul-africanas para trazer a voz africana para a construção de suas próprias histórias.

A historiografia radical ou marxista foi ultrapassada a partir da década de 1980 pelo movimento *History Workshop* sediado na Universidade de Witwatersrand, tendo como características definidoras o seu compromisso com a história popular para a recuperação de homens e mulheres “comuns”, sua preocupação em torná-los comunicáveis e acessíveis a um público mais vasto, e a seu formato interdisciplinar (Bonner 1999). O movimento foi inspirado de várias maneiras pelo surgimento do pessimismo radical na África negra como consequência do fracasso das elites nacionais em emancipar seus cidadãos (Gutkind e Waterman 1977); o ativismo de alguns membros do movimento sindicalista que levou à busca de um passado sindical útil no chão de fábrica; o Ruskin College, modelo do *history workshop* de Oxford, cuja preocupação era com a consciência popular, a cultura e a experiência das pessoas; e pela presença de uma equipe multidisciplinar ativista na Universidade de Witwatersrand. O formato dos seminários consistiu em uma série de conferências trienais que resultou em publicações populares intermitentes, bem como monografias individuais. Estas incluem *Studies in the Social and Economic History of the Witwaterstrand* de C. Van Onselen, 1886-1914, em dois volumes (1982); *The New African. A Study of the Life of H. I. Dhlomo* de T. Couzens (1985); *Cast in a Racial Mould* de E. Webster (1985); *Women of Phokeng: Consciousness, Life Strategy and Migrancy in South Africa, 1900-1983* de B. Bozzoli (1991); *The Making of Apartheid, 1948-1961* de D. Posel (1991); *We Spend Our Years As a Tale That Is Told: Oral Historical Narrative in a South African Chiefdom* de I. Hofmeyr (1994); *A Lion among the Cattle: Reconstruction and Resistance in the Northern Transvaal* de P. Delius (1996).

A crescente politização da história empurrou o *Workshop* em novas direções. Tal era a sede de história popular que o grupo redobrou seus esforços de divulgação. Desde 1978 o *History Workshop* é responsável por três histórias ilustradas escritas por Luli Callinicos, das quais a segunda ganhou o prêmio Noma de publicação na África; três cartilhas sobre temas históricos; uma série de vinte e nove artigos históricos escritos por membros da *History Workshop* para o semanário *New Nation*, posteriormente publicados como *New Nation, New History*; um manual de Leslie Witz chamado *Write Your Own History*, uma série de cinco conferências de professores de ensino fundamental sobre novas questões da história sul-africana; uma série de apresentações de slides acompanhados de trilhas sonoras em fitas K7; e um documentário de televisão de seis partes intitulado *Soweto: A History*. Todas estas iniciativas também fizeram uso extensivo

de depoimentos orais. O *Working Lives* de Callinico é organizado em torno da vida de cinco trabalhadores e trabalhadoras; *Soweto: A History* é impulsionado por depoimentos em vídeo emoldurados por um mínimo de comentários. Na conferência de 1984, dois dias inteiros foram dedicados a trabalhos e apresentações sobre popularização, nas quais colaboraram mais de uma centena de participantes. “Os festivais de cultura popular que concluíram os anais da conferência a partir de 1981 também se tornaram cada vez maiores e mais ricos, atraindo audiências de até 5.000 pessoas em seu auge” (Bonner 1999, 11).

E o futuro? Em 1987, Richard Elphick previu que um novo governo africano pós-*apartheid* daria muito valor à educação e que os historiadores poderiam em breve se deparar com “uma enorme sede de história, particularmente entre os jovens negros e africâners” (Elphick 1987, 166). Ele estava singularmente errado nesse prognóstico. Atualmente, a história está muito em segundo plano na África do Sul. O governo a incluiu sob o nebuloso guarda-chuva dos estudos sociais e os alunos do ensino médio estão se deslocando para as áreas técnicas. A população está cautelosa com a real importância histórica e significado de tais conjunturas históricas, como as audiências perante a Comissão da Verdade e Reconciliação. Historiadores profissionais afirmam que a nação prefere esquecer a dor do passado recente do *apartheid* (Bonner, comunicação pessoal, 21 de maio de 1999), enquanto jovens estudantes africâners se distanciam dos pecados de seus pais declarando ao presidente Thabo Mbeki que o passado é um outro país.

VIDAS COMUNS

Esta é uma biografia de um homem que, se fosse abordada apenas pelos registros oficiais, jamais teria existido. É a história de uma família que não tem existência documental, de camponeses que viveram suas vidas em uma parte da África do Sul que poucos amam, em um século que o país sempre vai querer esquecer. Os arquivos públicos, supostamente a mola mestra da memória da União, contêm apenas uma linha a respeito de Kas Maine. O Registro do Tribunal Periódico Criminal de Makwassie registra que, em 8 de setembro de 1931, um trabalhador de 34 anos de Kareepoort chamado ‘Kas Tau’ compareceu perante o magistrado por infringir a Seção Dois, Parágrafo primeiro da Lei 23 de 1907. Um volume encadernado revela que Tau, morador do Distrito Policial No. 41, foi multado em cinco xelins por não poder apresentar uma licença de seu cão. Fora isso, nada mais sabemos deste homem (Onselen 1996, 1).

Assim começa a biografia épica de Charles van Onselen sobre Kas Maine, um meeiro sul-africano no noroeste do Transvaal. Ao fazê-lo, Onselen segue uma tradição fundada na mesma região oito décadas antes por Sol Plaatje, cujos escritos capturaram o momento histórico da desapropriação africana de suas terras em 1913 (Plaatje 1916). Kas Maine pertence à África rural, aos “povos sem história” cuja atuação é quase invisível nos arquivos coloniais, tão valorizados pela erudição ocidental. Os historiadores do Quênia enfrentaram o desafio dessa ausência desde o início dos anos sessenta enquanto buscavam rescrever o movimento Mau Mau na narrativa da nação emergente. Tal esforço continua controverso. Uma abordagem mais acomodatória veio com a apropriação quase simultânea de estudos camponeses feitos por antropólogos por historiadores da Rodésia do Sul, Quênia e África do Sul (Arrighi 1967; Atieno-Odhiambo 1972; Bundy 1979). Nas últimas duas décadas, historiadores

da África do Sul rural têm buscado recapturar seus mundos por meio da história oral (Marks e Rathbone 1982; Marks e Trapido 1985). Isso rendeu detalhes sobre o papel desempenhado pelos africanos no desenrolar dos eventos históricos, a dialética de sua própria história e relatos culturalmente reflexivos de suas próprias experiências. A biografia de Kas Maine é o epítome dessa restauração.

Onselen logra reintegrar Kas Maine na corrente dominante da história colonial escavando as paisagens da memória retidas pelos milhares de contatos, transações, trocas, brigas e ódios que os habitantes desta região guardaram sobre sua própria identidade e agência na construção de seu longo século entre 1870 e 1985, quando morre seu protagonista. No processo, ele constrói uma figura histórica que nunca esteve longe de compreender seu próprio senso de valor, e do “valor da normalidade”, enfatizando a equidade moral mesmo nos abismos de raça e de classe, apelando para a humanidade comum de todos (Cohen e Atieno-Odhiambo 1989, 119-120).

Os folcloristas também exploraram bastante esse terreno, enfatizando performances no contexto em sua interpretação e compreensão de textos orais. Essa abordagem provou ser útil tanto para as histórias domésticas e familiares de gênero na África meridional, quanto para a política masculina de status e posição associada à poesia oral da chefia. Cumulativamente, tivemos a reintrodução dos negros africanos sul-africanos, enfatizando suas próprias percepções dos eventos que se desenrolavam. As perspectivas contrastantes do problema sul-africano pelo nacionalista Nelson Mandela e pelo meeiro Kas Maine reforçam-se mutuamente a este respeito (Mandela 1994).

HISTORIOGRAFIAS INDÍGENAS

Para além da guilda de historiadores, o século XX testemunhou a produção de literatura histórica popular na África, produzida localmente, muitas vezes em línguas não ocidentais, por indivíduos e coletividades que acreditam em seu passado, dando-se suas próprias histórias que narram esses passados, os quais são dotados de significado, autoridade e importância para as populações locais. O reconhecimento desse gênero popular leva a uma compreensão estreita sobre a natureza da história, evidências históricas e o que deve constituir as histórias de outros povos (Cohen 1994). Somos levados a múltiplos espaços de narração histórica: por exemplo, a canção, a poesia de louvor, a alegoria no conto popular, os silêncios na memória do passado. Tem havido uma produção contínua das histórias orais da África, capturadas na afirmação de que “nós vivemos nossas vidas como uma história que é contada” (Hofmeyr 1994). Ao mesmo tempo, o advento da alfabetização levou à proliferação do âmbito do mundo escrito. Os autores vernaculares procuraram dar uma história aos seus povos. A primeira geração de homens modernos da África no século XX apropriou-se do conhecimento dos intelectuais orgânicos do século anterior, preenchendo através de publicações a lacuna entre oralidade e alfabetização. As bases para este gênero foram lançadas no início do século por Apolo Kagwa na África Oriental e Samuel Johnson na África Ocidental (Kiwauka 1970; Ajayi 1998). Eles coletaram as tradições orais de seus clãs e reinos e, ao fazê-lo, criaram uma narrativa mestra para os Baganda e os Iorubá. Em termos de método, ocupavam um terreno bastante moderno. Eles entrevistaram informantes experientes, guardiões de santuários, historiadores da corte e guardiões da tradição dos clãs. Cinquenta anos depois, a academia – Jan Vansina na década

de 1950 e B. A. Ogot na década de 1960 – percorreu o mesmo caminho, entrevistando informantes detentores de um saber enciclopédico, realizando sessões formais com historiadores da corte e anciãos de clãs, além de ler os arquivos missionários e coloniais para chegar a uma história dos Kuba ou dos Luo que acomodasse todas as linhagens principais, ou deixasse espaço suficiente para a acomodação flexível de incorporações mais recentes na suposta genealogia de todos os Kuba ou todos os Luo (Cohen e Atieno-Odhiambo 1987). O trabalho de Johnson gerou um século de historiografia iorubá (Falola 1991), assim como o trabalho de Carl Reindorf (Akyeampong 1998; Peel 1998; Jones 1998; Quayson 1998). O trabalho de Kagwa influenciou os estudos ocidentais nos campos da história, antropologia e religião na região por um século e gerou uma historiografia específica dos Ganda que continua a prosperar (Reid 1997). Críticas a esses cânones surgiram com interpretações revisionistas. Na área dos Grandes Lagos, a historiografia mudou do modelo original de conquista difusionista – o mito hamítico – para uma preocupação com a mudança ecológica e a contextualização das lutas por autoridade e riqueza (Schoenbrun 1999; Willis 1999).

Temas transnacionais

Um subproduto significativo dessa postura acomodacionista tem sido a produção de histórias regionais, em contraste com as histórias do Estado-nação tanto na África ocidental quanto na oriental, tal como exemplificado pelos estudos de caso dos mundos Mandê e Luo. O cenário Mandê mais amplo cobre um período de sete séculos, desde a ascensão do Império do Mali sob Sundiata Keita no século XIV até a destruição do estado de Samory Touré pelos franceses no final do século XIX. Durante este período, a paisagem cultural permaneceu reconhecível como um mundo Mandê, o *locus* movendo-se para o sul do Sahel para a costa atlântica como resultado do tráfico de escravos (Barry 1998). Da mesma forma, a cronologia Luo tem seu epicentro no berço do Sudão central por volta do ano 1000. Marcos sucessivos na historiografia Luo, tais como J. P. Crazzolaro nos anos 1950, Ogot nos anos 1960, Cohen e Atieno-Odhiambo nos anos 1980, e Ronald Atkinson nos anos 1990, todos assumem a constância do mundo Luo. As histórias de Mandê e Luo atravessam várias etnias, Estados e comunidades políticas ao longo dos séculos sem se limitar a nenhum deles. A etnia acholi evoluiu durante o século XVIII (Atkinson 1994). Havia nações e esferas culturais Mandê e Luo bem antes da incursão do estado colonial no século XX. O seu senso de pertencimento múltiplo aos vários estados pós-coloniais naquelas áreas sugere um paradigma alternativo para escrever histórias organizadas por regiões em vez de Estados nacionais, uma alternativa mais próxima das experiências históricas das pessoas na *longue durée* do que a prática histórica ocidental e que lança desafios para o pesquisador de história comparada (Lorenz 1999).

A Produção da Localidade

No passado recente, a produção de histórias locais floresceu no delta do Níger, à medida em que aldeias, bairros e distritos administrativos reivindicaram a autoridade sobre seus passados. As histórias das comunidades locais perfazem um corpo autônomo fora da academia. Eles consistem em livros publicados que descrevem a história e a cultura de cidades, aldeias, clãs ou áreas geográficas. De autoria de amadores, estes trabalhos se baseiam em questões relativas à identidade e localizam cidadãos individuais dentro dos discursos e do ambiente de desenvolvimento local. Essa literatura pertence ao gênero da “produção da localidade” de dentro da comunidade, fora do alcance do Estado. A produção e o consumo deste material permanecem no plano local. A escolha da língua inglesa sugere que as histórias da comunidade são um produto da modernidade (Harneit-Sievers 1997). Os autores consideram que estão escrevendo a história, inscrevendo a essência da sociedade existente por meio da história, da cultura e dos símbolos da modernidade. O formato desses livros, e são muitos, é no mais das vezes uma narrativa das origens da aldeia, a chegada dos missionários ocidentais, escolas e hospitais, o surgimento dos notáveis locais e as últimas tendências de desenvolvimento. É a história do progresso tal como foi testemunhado e vivido. É também um espaço de contestação. Historiadores profissionais, encomendados pelas comunidades para escrever uma história, são frequentemente contestados sobre sua autoridade sobre o domínio da história local e sobre a veracidade dos textos produzidos (Alagoa 1997).

Representações Escópicas

Uma versão da história vernácula que constitui um desafio para a historiografia acadêmica são as pinturas que surgiram no Congo Belga a partir da década de 1920. Sua primeira etapa marcou as invenções africanas dos regimes escópicos² da modernidade (Jay 1989), a invenção do Ocidente no imaginário africano através da pintura. A leitura intelectual e artística do Ocidente colonizador no papel e na tela começou com Albert Lubaki e Tshyela Ntendu nas décadas de 1920 e 1930. “Esses pintores tentaram entender o que significava a modernidade colonial, procurando colocar os colonialistas, seus objetos e seu povo em uma estrutura significativa – fazendo uso de papel, bem como as paredes rebocadas das casas, para representar por meio da pintura a sua compreensão da percepção ocidental de si mesmos e de seu universo” (Jewsiewicki 1991, 139). As pinturas retratavam os bens e posturas da modernidade: o missionário, o homem de bicicleta, retratos de família, o exército colonial, o telefone, a máquina de escrever, o trem, o carro e o navio a vapor. Uma geração posterior das décadas de 1940 e 1950, representada por Mwenze Kibwanga e Pilipili, eram professores de arte nas escolas. O gênero de pintura urbana foi “inventado” por e para a pequena burguesia letrada das cidades na década de 1960. Caracterizavam-se pelas lembranças da violência da conquista e dominação colonial, assim como pelas lembranças da violência política após a independência.

² O termo “regimes escópicos”, cunhado por Martin Jay, significa a tentativa de identificar diferentes regimes que, expressos na arte, na técnica, na linguagem e em dispositivos sociotécnicos singulares, produzem ou registram uma certa imagem do mundo (N. R.).

Uma nova geração surgiu na década de 1970, dominada por preocupações com justiça social, arbitrariedade política e novos conflitos de gênero e gerações. Seus principais artistas incluíam Cheri Samba, Moke, Sim Simaro e Vuza Ntuko. Suas criações são tanto crônicas da vida social e política quanto materializações da imaginação e da memória social. Chéri Samba é sobretudo um moralista e professor. Bogumil Jewsiewicki nos lembra que esses são membros da pequena burguesia urbana com aspirações burguesas. Deve-se, portanto, ter cuidado ao se referir a esses artistas como pintores “populares”, pois suas esperanças e gostos são burgueses (Jewsiewicki 1991, 146). Cada pintura remete a uma história e veicula uma narrativa. A conceituação de Tshibumba Kanda-Matulu sobre seu trabalho é que ao pintar ele está fazendo história. “Não escrevo, mas trago ideias, mostro como aconteceu um determinado evento. De certa forma estou produzindo um monumento” (Fabian 1996, 14). O significado social de sua pintura se expressa em sua afirmação de que ele é um historiador de seu país e um educador de seu povo. *A História do Zaire* de Tshibumba é uma narrativa de mais de cem pinturas que o pintor considera um livro, parte da historiografia colonial e pós-colonial do Zaire. “Como intérprete da história de seu país, Tshibumba concorre com reportagens jornalísticas e com a historiografia acadêmica sobre cronologia e datação, e sobre contextos e interpretações de certos eventos. Ele considera suas obras como fixações com uma mensagem: fazer seu público pensar” (Fabian 1996). Para o historiador, o desafio está em integrar essas representações da história em nossa tela escópica.

RUMO A UMA FILOSOFIA AFRICANA DA HISTÓRIA

A busca por uma filosofia africana da história continuou a preocupar três gerações de historiadores africanos. Já em 1965, Terence O. Ranger escreveu que havia a necessidade de “examinar se a história africana era suficientemente africana; se havia desenvolvido os métodos e modelos adequados às suas próprias necessidades ou dependia do emprego de métodos e modelos desenvolvidos em outros lugares; se seus principais temas discursivos surgiram da dinâmica do desenvolvimento africano ou se foram impostos por causa de sua importância primordial na historiografia de outros continentes” (Ranger 1968, X). No final da década de 1970, Allan Ogot revisitou a mesma questão:

Para concluir, é pertinente dizer algumas palavras sobre a necessidade de desenvolver uma filosofia da história na África... O que precisamos é de uma visão para nos mostrar como devemos atuar. Temos lutado arduamente para rejeitar uma estrutura conceitual que é ocidental tanto em suas origens quanto em suas orientações. Mas ainda não conseguimos desenvolver um corpo de pensamento teórico autônomo. Aqui está a raiz de nossa dependência cultural. É também o maior desafio que os pensadores e universidades africanos enfrentam. Pois embora seja função de uma universidade transmitir conhecimentos e valores de geração em geração, bem como descobrir novos conhecimentos por meio da pesquisa, devemos nos perguntar: valores de quem? (Ogot 1978, 33).

Essas questões foram levantadas, embora não respondidas, nas décadas seguintes. No início dos anos 1990, elas estavam obviamente se tornando um constrangimento até mesmo para os fundadores da historiografia africanista. Jan Vansina chamou a atenção para o fato de que a história africana foi escrita em grande parte para um público acadêmico fora da África, mais do que para os africanos que vivem no continente. A historiografia africana foi dominada por estrangeiros cerca de quatro décadas após a independência. E lamentou:

Esta é uma anomalia contínua. Em todas as outras grandes partes do mundo, e isso abrange as principais partes das chamadas áreas do Terceiro Mundo, a escrita da história, incluindo livros acadêmicos, tem sido conduzida principalmente na própria área, nas línguas da área. Mas na África tropical a escrita da história acadêmica foi organizada por “forasteiros” e, desde então, os epicentros dessa atividade permaneceram fora da África, apesar dos esforços artísticos para alterar a situação. É uma anomalia crucial.

Vansina continua:

Forasteiros iniciaram, aqui, a história africana. Eles criaram os departamentos universitários nos quais os historiadores africanos trabalharam mais tarde e os “treinaram” a escrever história acadêmica. Os pioneiros escreveram para um público externo que compartilhava suas visões de mundo e práticas sociais, não para um público na própria África, exceto para historiadores africanos da África e alguns outros que haviam absorvido a cultura acadêmica euro-americana. Quando os estudiosos africanos começaram a tomar seus destinos em suas próprias mãos, eles involuntariamente continuaram a escrever suas principais obras em grande parte para o mesmo público acadêmico e não para seus próprios compatriotas... Enquanto esses autores atacavam a história imperial e promoviam a história nacional, eles continuaram a escrever em inglês ou francês, limitando assim o acesso de seu público local. Implicitamente, ainda buscavam a aprovação de seus trabalhos na Europa ou na América do Norte como garantia de seu alto padrão técnico (Vansina 1990, 240).³

Não se poderia concordar mais. De fato, a tirania do *doctorat d'état* francês, até recentemente, e os requisitos alemães de reconhecimento da livre-docência obtida em outras universidades, fizeram muito para deixar os acadêmicos africanos exaustos ao atingir a meia-idade, antes de enfrentar os desafios dos estudos africanistas. Mas, voltando a Vansina novamente: “Por mais difícil que seja, os autores, tanto de dentro quanto de fora, devem se esforçar para alcançar audiências ‘nativas’ e assim acabar com essa anomalia na historiografia africana” (Vansina 1990, 242).

Mas a questão do “forasteiro” refere-se apenas à dimensão da questão levantada por Ogot. A outra parte tem a ver com a epistemologia desenvolvida por historiadores africanos por conta própria. A África é, afinal, seu continente e lar e eles devem liderar quaisquer direções futuras na formação da disciplina. Quase uma década atrás, a questão foi bem elaborada por John Fage, ele próprio um pioneiro “forasteiro”, nesses termos:

³ Atieno-Odhiambo não inseriu na bibliografia a referência completa deste texto. Apesar de nossos esforços em corrigir vários lapsos semelhantes, presentes no original em inglês, não foi possível identificar a qual publicação de Vansina ele se refere nesta passagem (N. R.).

Em última análise, é preciso perguntar se os conceitos europeus de história são adequados para a compreensão da história africana. De fato, é possível acreditar que a ideia de história como a conhecemos na Europa moderna não era aplicável à história africana pré-colonial... No momento, temos muito pouca história africana escrita por africanos que não estão contaminados pelas concepções e significados europeus a respeito de seu próprio passado (Fage 1993, 25).

Na última reunião da Associação de Historiadores Africanos, patrocinada em 1994 pelo Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais na África, em Bamako, articulei esta resposta ao comentário acima do Professor Fage:

Chegou a hora de questionar a aceitação unitária da episteme hegemônica que postula que a disciplina da história pertence exclusivamente à civilização ocidental? Por outro lado, os africanos podem articular uma gnose africana que seja independente dessas tradições ocidentais em nosso estudo da história africana? As epistemes africanas têm de ser inteligíveis para o Ocidente? O estudo e a prática da história precisam estar vinculados à corporação dos estudos históricos nas academias universitárias? Existe ainda a possibilidade persistente de que qualquer um de nós, trabalhando ao modo ocidental, possa fazer a cirurgia de ponte de safena que ainda pode ser o viaduto a montante para o reservatório africano da história? (Atieno-Odhiambo 1996, 31).

Concluo, como fez recentemente Ogot, com a pergunta: “Em suma, é possível a autonomia da história africana?” (Ogot 1999, 219).

EISHA STEPHEN ATIENO-ODHIAMBO

REFERÊNCIAS

- AFIGBO, A. E. 1993. Colonial Historiography. *In*: FALOLA, Toyin (ed.). *African Historiography*. Harlow: Longman, 1993.
- AJAYI, J. F. A. History and the Social Sciences. *In*: FALOLA, Toyin (ed.). *Tradition and Change in Africa: The Essays of J. F. A. de Ajayi*. Trenton: Africa World Press, 2000.
- AJAYI, J. F. A. Samuel Johnson and Yoruba Historiography. *In*: JENKINS, Paul (ed.). *The Recovery of the West African Past*. Basel: Basler Afrika Bibliographien, 1998.
- AJAYI, J. F. A. The Ibadan School of History. *In*: FALOLA, Toyin (ed.). *Tradition and Change in Africa: The Essays of J. F. Ade Ajayi*. Trenton: Africa World Press, 2000.
- AKYEAMPONG, E. C. C. Reindorf on the Cultural Articulation of Power in Precolonial Ghana: Observations of a Social Historian. *In*: JENKINS, Paul (ed.). *The Recovery of the West African Past*. Basel: Basler Afrika Bibliographien, 1998.
- ALAGOA, J. *Village History in the Niger Delta*. Bellagio: Mimeo, 1997.
- ARRIGHI, G. *The Political Economy of Rhodesia*. The Hague: Mouton, 1967.
- ATIENO-ODHIAMBO, E. S. “Seek Ye First the Economic Kingdom”: The Early History of the Luo Thrift and Trading Corporation (LUTATCO), 1945-1956. *In*: OGOT, B. A. (ed.). *Hadith V: Economic and Social History of East Africa*. Nairobi: East African Publishing House, 1975.
- ATIENO-ODHIAMBO, E. S. 1972. The Rise and Fall of the Kenya Peasantry, 1888-1922. *East Africa Journal*, vol. 5, No. 2, p. 5-11, 1972.

- ATIENO-ODHIAMBO, E. S. Democracy and the Emergent Present in Africa: Interrogating the Assumptions, *Afrika Zamani*, vol. 2, p. 27–42, 1996.
- ATIENO-ODHIAMBO, E. S. *Ethnicity and Democracy in Kenya*. Lincoln: University of Nebraska-Lincoln, 1999.
- ATIENO-ODHIAMBO, E. S. *The Paradox of Collaboration*. Nairobi: East African Publishing House, 1974.
- ATIENO-ODHIAMBO, E. S. The Production of History in Kenya: The Mau Mau Debates. *Canadian Journal of African Studies*, vol. 25, No. 2, p. 300–307, 1992.
- ATKINS, K. *The Moon is Dead! Give us Our Money! The Cultural Origins of an African Work Ethic. Natal, South Africa, 1843-1900*. Portsmouth: Heinemann, 1993.
- ATKINSON, Ronald R. *The Roots of Ethnicity: The Acholi of Uganda Before 1800*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1994.
- AUSTEN, R. “Africanist” Historiography and Its Critics: Can There Be an Autonomous African History? In: FALOLA, Toyin (ed.). *African Historiography*. Harlow: Longman, 1993.
- BAILY, Bernard. The Idea of Atlantic History, *Itinerario*, vol. 33, p. 19–43, 1996.
- BARRY, Boubacar. *Senegambia and the Atlantic Slave Trade*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- BATES, R.; MUDIMBE, V. Y.; O'BARR, J. (eds.). *Africa and the Disciplines*. Chicago: University of Chicago Press, 1993.
- BERGER, Iris. “Beasts of Burden” revisited: Interpretations of Women and Gender in Southern African Societies. In: HARMS, Robert W. et al. *Paths toward the Past*. Atlanta: African Studies Association Press, 1994.
- BERMAN, Bruce. *Control and Crisis*. London: James Currey, 1990.
- BERMAN, Bruce; LONSDALE, John. *Unhappy Valley*. Athens: Ohio University Press, 1992.
- BONNER, Philip. *The University of the Witwatersrand History Workshop: A Retrospect*. Mimeo, 1999.
- BOZZOLI, Belinda. *Women of Phokeng: Consciousness, Life Strategy and Migrancy in South Africa, 1900-1983*. Johannesburg: Raven, 1991.
- BREASTED, J. H. *A History of Egypt from the Earliest Times to the Persian Conquest*, London: Hodder and Stoughton, (1905) 1935.
- BRETT, E. A. *Colonialism and Underdevelopment in East Africa*. New York: Nok Publishers, 1973.
- BUNDY, C. *The Rise and Fall of the South African Peasantry*. Berkeley: University of California Press, 1979.
- BUTLER, J.; SCHREUDER, D. Liberal Historiography since 1945. In: ELPHICK, R; WELSH, David (eds.). *Democratic Liberalism in South Africa*. Cape Town: David Philip, 1987.
- CAHEN, Michel. Africains et africanistes: A propos de l'article de Ch. Didier Gondola, *Politique Africaine*, vol. 68, p. 149-156, 1997.
- CHRETIEN, Jean-Pierre. Une crise de l'histoire de l'Afrique en langue française?, *Politique Africaine*, vol. 68, p. 141-148, 1997.
- COHEN, David William. *The Combining of History*. Chicago: University of Chicago Press, 1994.
- COHEN, David William; ATIENO-ODHIAMBO, E. S. *Burying S. M.: The Politics of Knowledge and the Sociology of Power in Africa*. Portsmouth: Heinemann, 1992.

- COHEN, David William; ATIENO-ODHIAMBO, E. S. Ogot, Ayany and Malo: Historians in Search of a Luo Nation. *Cahiers d'Etudes Africaines*, vol. 27, No. 107-8, p. 269-86, 1987.
- COHEN, David William; ATIENO-ODHIAMBO, E. S. *Siaya: The Historical Anthropology of an African Landscape*. London: James Currey, 1989.
- COMAROFF, John L.; COMAROFF, Jean. *Of Revelation and Revolution*. Chicago: University of Chicago Press, 1991/1997.
- COOPER, F. Conflict and Connection: Rethinking Colonial African History. *American Historical Review*, vol. 99, p. 1516-1525, 1994.
- COOPER, F. *Confronting Historical Paradigms*. Madison: University of Wisconsin Press, 1993.
- COOPER, F. Work, Class and Empire: An African Historian's Retrospective on E. P. Thompson. *Social History*, vol. 20, No. 2, p. 235-241, 1995.
- CORDELL, Dennis D. African Historical Demography in the Years since Edinburgh. *History in Africa*, vol. 27, p. 61-89, 2000.
- COUZENS, TIM. *The New African. A Study of the Life of H. I. Dhlomo*. Johannesburg: Raven Press, 1985.
- CRUMMEY, D. Society, State and Nationality in the Recent Historiography of Ethiopia. *Journal of African History*, vol. 31, p. 103-119, 1990.
- CURTIN, P. D. *The Atlantic Slave Trade: A Census*. Madison: University of Wisconsin Press, 1969.
- DELIUS, P. *A Lion among the Cattle: Reconstruction and Resistance in the Northern Transvaal*. London: Heidemann, 1996.
- DILLEY, M. R. *British Policy in Kenya Colony*. New York: Barnes and Noble, (1937) 1966.
- DIOP, Cheikh Anta. *Nations nègres et culture*. Paris: Présence Africaine, 1954.
- DREYER, Gunter, Recent Discoveries at Abydos Cemetery U. In: *The Nile Delta in Transition: 4th-3rd Millenium B.C.*, edited by E.C.M. van den Brink. Tel Aviv: Israel Exploration Society, 1992.
- EHRET, C. *An African Classical Age: Eastern and Southern Africa from c. 1000 B.C. to 400 A.D.* Charlottesville: University of Virginia Press, 1998.
- ELPHICK, Richard. Historiography and the Future of Liberal Values in South Africa. In: ELPHICK, R.; WELSH, D. (ed.). *Democratic Liberalism in South Africa*. Cape Town: David Philip, 1987.
- FABIAN, Johannes. *Remembering the Present*. Berkeley: University of California Press, 1996.
- FAGAN, B. Archeology in Africa: Its Influence. In: VOGEL, C. (ed.). *Encyclopedia of Precolonial Africa*. Walnut Creek: Altamira Press, 1997.
- FAGE, John. Reflections on the Genesis of Anglophone African History after World War II. *History in Africa*, vol. 20, p. 15-26, 1993.
- FALOLA, Toyin (ed.). *African Historiography: Essays in Honour of Jacob Ade Ajayi*. Harlow: Longman, 1993.
- FALOLA, Toyin (ed.). *Yoruba Historiography*. Madison: African Studies Center, University of Wisconsin, 1991.
- FEIERMAN, Steven. African Histories and the Dissolution of World History. In: BATES, Robert et al. *Africa and the Disciplines* Chicago: University of Chicago Press, 1993.
- FEIERMAN, Steven. Colonizers, Scholars, and the Creation of Invisible Histories. In: BONNEL, Victoria; HUNT, Lynn (eds.). *Beyond the Cultural Turn*. Berkeley: University of California Press, 1999.

- FEIERMAN, Steven. *Peasant Intellectuals*. Madison: University of Wisconsin Press, 1990.
- FIELDS, Karen E. *Revival and Rebellion in Colonial Central Africa*. Princeton: Princeton University Press, 1986.
- FUREDI, F. *The Mau Mau War in Perspective*. London: James Currey, 1989.
- GEIGER, Susan. *TANU Women*. Athens: Ohio University Press, 1997.
- GONDOLA, Didier. 1997. La crise de la formation en histoire africaine em France, vue par les étudiants africains. *Politique Africaine*, vol. 65, p. 132-139, 1997.
- GREENE, Sandra E. A Perspective from African Womens' History. *Journal of Women's History*, vol. 9, No. 3, p. 95-103, 1997.
- GUTKIND, P.; WATERMAN, P. *African Social Studies: A Radical Reader*. Harlow: Longman, 1977.
- HARNEIT-SIEVERS, Axel. Igbo Community Histories: Locality and History in Eastern Nigeria. *Basel: Africa Bibliographien Working Paper*, No. 6, 1997.
- HODGKIN, Thomas L. *Nationalism in Colonial Africa*. London: Frederick Muller, 1956.
- HOEHLER-FATTON, Cynthia. *Women of Fire and Spirit*. Oxford: Oxford University Press, 1996.
- HOFMEYR, Elizabeth. *We Live Our Lives as a Tale That is Told*. New York: Little Brown, 1994.
- HOPKINS, A. G. *An Economic History of West Africa*. London: Longman, 1973.
- HUNT, Nancy Rose. Introduction: Gendered Colonialisms in African History. *Gender and History*, vol. 8, No. 3, p. 323-337, 1996.
- HUXLEY, Elspeth. *Race and Politics in Kenya*. London: Faber and Faber, 1944.
- ILIFFE, John. *A Modern History of Tanganyika*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.
- JAY, Martin. Scopic Regimes of Modernity. In: FOSTER, Hal (ed.). *Vision and Visuality*. New York and Boston: Dia Art Foundation and Bay Press, 1989.
- JEWSIEWICKI, Bogumil. One Historiography or Several? A Requiem for Africanism. In: JEWSIEWICKI, B.; LOVEJOY, P. (eds.). *African Historiographies*. Beverly Hills: Sage, 1986.
- JEWSIEWICKI, Bogumil. Painting in Zaire: From the Invention of the West to the Representation of Social Self. In: VOGEL, Susan. *Africa Explores*. New York: The Center for African Art, 1991.
- JONES, A. Reindorf the Historian. In: JENKINS, P. (ed.). *The Recovery of the West. African Past*. Basel: Basler Afrika Bibliographien, 1998.
- KALINGA, Owen. The Production of History in Malawi in the 1960s. *African Affairs*, vol. 97, p. 523-539, 1998.
- KANOGO, Tabitha. *Squatters and the Roots of Mau Mau*. London: James Currey, 1987.
- KARP, Ivan; BIRD, Charles S. *Explorations in African Systems of Thought*. Washington: The Smithsonian Institution Press, 1987.
- KARP, Ivan; MASOLO, D. A. *African Philosophy as Cultural Inquiry*. Bloomington: Indiana University Press, 2000.
- KERSHAW, Greet. *Mau Mau from Below*. Athens: Ohio University Press, 1997.
- KIWANUKA, M.S.M. *History of Buganda*. Harlow: Longman, 1970.
- KJEKSHUS, Helge. *Ecology, Control and Economic Development in East Africa: the Case of Tanganyika 1850-1950*. London: Heinemann, 1977.
- KLEIN, M. (ed.). *Peasants in Africa*. Beverly Hills, Calif.: Sage, 1980.

- KRIGER, Norma. *Zimbabwe's Guerrilla War: Peasant Voices*. New York: Cambridge University Press, 1992.
- LANDAU, P. *The Realm of the Word*. London: James Currey, 1995.
- LEYS, Colin. *Underdevelopment in Kenya*. Berkeley: University of California Press, 1974.
- LONSDALE, John. Agency in Tight Corners: Narrative and Initiative in African History. *Journal of African Cultural Studies*, vol. 13, No. 1, p. 5-16, 2000.
- LONSDALE, John; BERMAN, Bruce. *The House of Custom: Jomo Kenyatta, Louis Leakey, and the Making of the Modern Kikuyu* (manuscrito).
- LONSDALE, John; BERMAN, Bruce. *Unhappy Valley*. London: James Currey, 1992.
- LORENZ, Chris. Comparative Historiography: Problems and Perspectives. *History and Theory*, vol. 38, No. 1, p. 25-39, 1999.
- LOVEJOY, Paul. The Ibadan School and Its Critics. In: JEWSIEWICKI, B.; NEWBURY, D. (eds.). *African Historiographies*. Beverley Hills, Calif: Sage, 1986.
- MADDOX, G; GILBIN, J.; KIMAMBO, I. (eds.). *Custodians of the Land. Ecology and Culture in the History of Tanzania*. Athens: Ohio University Press, 1996.
- MAGUBANE, B. M. *Political Economy of Race and Class in South Africa*. New York: Monthly Review Press, 1979.
- MALOBA, W. *Mau Mau and Kenya*. Bloomington: Indiana University Press, 1993.
- MANDALA, E. *Work and Control in a Peasant Economy*. Madison: University of Wisconsin Press, 1990.
- MANDELA, Nelson. *Long Walk to Freedom*. Boston: Little, Brown and Company, 1994.
- MARKS, Shula. The Historiography of South Africa: Recent Developments. In: JEWSIEWICKI, B.; NEWBURY, D. (eds.). *African Historiographies*. Beverly Hills: Sage, 1986.
- MARKS, Shula; RATHBONE, R. *Industrialization and Social Change in South Africa*. New York: Longman, 1982.
- MARKS, Shula; TRAPIDO, S. *The Politics of Race, Class and Nationalism in 20th Century South Africa*. London: Longman, 1987.
- McINTOSH, B. *Ngano*. Nairobi: East African Publishing House, 1969.
- MILLER, J. C. History and Africa/Africa and History. *American Historical Review*, vol. 104, No. 1, p. 1-32, 1999.
- MILLER, J. C. History and the Study of Africa. In: MIDDLETON, J. (ed.). *Encyclopedia of Sub-Saharan Africa*, vol. 2. New York: Charles Scribners' Sons, 1998.
- MILLER, J. C. *The Southern Atlantic in Global Perspective*. Mimeo, 1999.
- MONTSERAT, Dominic. *Akhenaten: History, Fantasy and Ancient Egypt*. London: Routledge, 2000.
- MUDIMBE, V. Y.; JEWSIEWICKI, B (eds.). *History Making in Africa*. Middletown: Wesleyan University Press, 1993.
- MUNGEAM, G. H. *British Rule in Kenya, 1895-1912*. Oxford: Clarendon Press, 1966.
- MUTAHABA, G. *Portrait of a Nationalist: The Life of All Migeyo*. Nairobi: East African Publishing House, 1969.
- NEWBURY, David. *Contradiction at the Heart of the Canon: Oral Historiography in Africa, 1960-1980*. Mimeo, s/d.
- NEWBURY, David. Historiography. In: MIDDLETON, J. (ed.). *Encyclopedia of Sub-Saharan Africa*, vol. 2. New York: Charles Scribners' Sons, 1998.
- NEWBURY, David.; NEWBURY, Catharine. Bringing the Peasants Back In: Agrarian Themes in the Construction and Corrosion of Statist Historiography in Rwanda. *American Historical Review*, vol. 105, No. 3, p. 832-877, 2000.

- NWAUBANI, Ebere. Kenneth Onukwa Dike, Trade and Politics, and the Restoration of the African in History. *History in Africa*, vol. 27, p. 229-248, 2000.
- OCHIENG', W. R. *History of the Gusii*. Nairobi: East African Literature Bureau, 1974.
- OGOT, B. A. On the Making of a Sanctuary. In: RANGER, T. O.; KIMAMBO, I. (eds.). *The Historical Study of African Religion*. London: Heinemann, 1972.
- OGOT, B. A. The Concept of Jok. *African Studies*, vol. 20, No. 2, p. 123-130, 1961.
- OGOT, B. A. The Construction of Luo Identity and History. In: OGOT, B. A. (Org.) *Building on the Indigenous: Selected Essays 1981-1998*. Kisumu: Anyange Press, 1999.
- OGOT, B. A. The construction of Luo identity and history. In: WHITE, L.; MIESCHER, S.; COHEN, D. W. (eds.). *African Words, African Voices: Critical Practices in Oral History*. Bloomington: Indiana University Press, 2001.
- OGOT, B. A. Three Decades of Historical Studies in East Africa, 1949-1977. *Kenya Historical Review*, vol. 6, No. 1-2, p. 22-33, 1978.
- OGOT, B. A.; OCHIENG', W. R. *Decolonization and Independence in Kenya*. London: James Currey, 1995.
- OLIVER, Roland Anthony. *The Missionary Factor in East Africa*. London: Longmans, 1969.
- ONSELEN, Charles van. *Studies in the Social and Economic History of the Witwatersrand, 1886-1914*. Harlow: Longman, 1982.
- ONSELEN, Charles van. *The Seed is Mine: The Life of Kas Maine, a South African Sharecropper, 1894-1985*. New York: Hill and Wang, 1996.
- OYEWUMI, Oyeronke. Making History, Creating Gender: Some Methodological and Interpretive Questions in the Writing of Oyo Oral Traditions. *History in Africa*, vol. 25, p. 263-305, 1998.
- OYEWUMI, Oyeronke. *The Invention of Women*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.
- PEEL, J. D. Y. Two Pastors and Their "Histories": Samuel Johnson and C. C. Reindorf. In: JENKINS, P. (ed.). *The Recovery of the West African Past*. Basel: Easier Afrika Bibliographien, 1998.
- PLAATJE, S. *Native Life in South Africa*. Harlow: Longman, (1916) 1987.
- POSEL, Deborah. *The Making of Apartheid, 1948-1961*. Oxford: Clarendon Press, 1991.
- PRESLEY, Cora A. *Kikuyu Women, the Mau Mau Revolt and Social Change*. Boulder: Westview, 1992.
- QUAYSON, Ato. Means and Meanings: Methodological Issues in Africanist Interdisciplinary Research. *History in Africa*, vol. 25, p. 307-318, 1998.
- RANGER, T. O. *Are We Not Also Men? The Samkange Family and African Politics in Rhodesia, 1920-1964*. Portsmouth: Heinemann, 1995.
- RANGER, T. O. Introduction. In: RANGER, T. O. (ed.). *Emerging Themes in African History*. Nairobi: East African Publishing House, 1968.
- RANGER, T. O. *Peasant Consciousness and Guerrilla War*. London: James Currey, 1985.
- RANGER, T. O. Postscript: Colonial and Postcolonial Identities. In: RANGER, T. O.; WERBNER, R. (eds.). *Postcolonial Identities in Africa*. London: Zed Books, 1996.
- RANGER, T. O. Power, Religion and Community: The Matobo Case. In: CHATTERJEE, P.; PANDEY, G. (eds.). *Subaltern Studies VII*. Delhi: Oxford University Press, 1992.
- RANGER, T. O. *The African Voice in Southern Rhodesia*. London: Heinemann, 1970.
- RANGER, T. O. The Invention of Tradition Revisited: The Case of Colonial Africa. In: RANGER, T. O.; VAUGHAN, O. (eds.). *Legitimacy and the State in Twentieth-Century Africa*. Oxford: Macmillan, 1993.

- RANGER, T. O. Towards a Usable Past. In: FYFE, C. (ed.). *African Studies since 1945*. Harlow: Longman, 1976.
- RANGER, T. O. *Voices from the Rocks*. Oxford: James Currey, 1999.
- RANGER, T. O.; BHEBE, N. *Society in Zimbabwe's Liberation War*. Oxford: James Currey, 1996.
- REID, R. The Reign of Kabaka Nakibinge: Myth or Watershed? *History in Africa*, vol. 24, p. 287-297, 1997.
- ROBERTSON, Clare. *Trouble Showed the Way*. Bloomington: Indiana University Press, 1997.
- RODNEY, Walter. *How Europe Underdeveloped Africa*. Dar es Salaam: Tanzania Publishing House, 1974.
- ROSBURG, C. G.; NOTTINGHAM, J. *The Myth of Mau Mau*. New York: Praeger, 1966.
- ROSENBERG, S. Monuments, Holidays, and Remembering Moshoeshoe: The Emergence of National Identity in Lesotho, 1902-1966. *Africa Today*, vol. 63, p. 54-65, 1998.
- SANDERS, Edith R. The Hamitic Hypothesis: Its Origin and Function in Time Perspective. *Journal of African History*, vol. 10, No. 4, p. 521-532, 1969.
- SANNEH, L. *Encountering the West: Christianity and the Global Cultural Process: the African Dimension*. London: Marshall Pickering, 1993.
- SANNEH, L. *Translations of Culture*. New York: Maryknoll, 1990.
- SAUNDERS, Christopher. Liberal Historiography before 1945. In: ELPHICK, R.; WELSH, D. (eds.). *Democratic Liberalism in South Africa*. Cape Town: David Philip, 1987.
- SCHOENBRUN, D. *A Green Place, A Good Place*. Kampala: Fountain Publishers, 1999.
- SPEAR, Thomas. Africa's Population History. *Journal of African History*, vol. 37, p. 479-485, 1996.
- SPEAR, Thomas. Towards the History of African Christianity. In: SPEAR, T.; KIMAMBO, N. (eds.). *East African Expressions of Christianity*. Athens: Ohio University Press, 1999.
- STANFORD, Michael. *An Introduction to the Philosophy of History*. Oxford: Blackwell, 1998.
- STEINHART, E. I. *Conflict and Collaboration*. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1972.
- SUNDKLER, Bengt G. M. *Bantu Prophets in South Africa*. Cambridge: Lutterworth, 1948.
- THORNTON, J. Historiography in Africa. In: VOGEL, C. (ed.). *Encyclopedia of Precolonial Africa*. Walnut Creek: Altamira Press, 1997.
- THROUP, D. *Economic and Social Origins of Mau Mau*. London: James Currey, 1987.
- TREVOR-HOPER, H. R. *The Rise of Christian Europe*. London: Thames and Hudson, 1966.
- TUCKER, Azievert. The Future of the Philosophy of Historiography. *History and Theory*, vol. 40, p. 37-56, 2001.
- VAIL, Leroy; WHITE, L. *Capitalism and Colonialism in Mozambique*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1980.
- VANSINA, J. *De la tradition orale: essai de méthode historique*. Tervuren: Musée royal de l'Afrique centrale, 1961.
- VANSINA, J. *Oral tradition: A study in historical methodology*. London: Routledge & Kegan Paul, 1965.
- VANSINA, J. Some Perceptions on the Writing of African History, 1948-1992. *Itinerario*, vol. 16, No. 1, p. 77-91, 1992.

- WASSERMAN, G. *The Politics of Decolonization in Kenya*. New York: Cambridge University Press, 1976.
- WEBSTER, J. B. *Cast in a Racial Mould. Labour Process and Trade Unionism in the Foundries*. Raven Press: Johannesburg, 1985.
- WEBSTER, J. B. *The Iteso during the Asonya*. Nairobi: East African Publishing House, 1974.
- WELBOURN, F.; OGOT, B. A. *A Place to Feel at Home*. Nairobi: Oxford University Press, 1967.
- WHITE, Luise. *Speaking with Vampires: Rumor and History in East and Central Africa*. Berkeley: University of California Press, 2000.
- WHITE, Luise. *The Comforts of Home. Prostitution in Colonial Nairobi*. Chicago: Chicago University Press, 1990.
- WILLIS, J. Kinyonyi and Kateizi: The Contested Origins of Pastoralist Dominance in South-Western Uganda. In: CHRETIEN, J.-P.; TRIAULD, J.-L. (eds.). *Histoire d'Afrique: Les enjeux de memoire*. Paris: Karthala, 1999.
- WOLF, R. *Europe and the People without History*. Berkeley: University of California Press, 1982.
- ZACHERNUK, P. Of Origins and Colonial Order: Southern Nigerian Historians and the “Hamitic Hypothesis”, ca. 1870–1970. *Journal of African History*, vol. 35, p. 427-455, 1994.
- ZWANENBERG, R. van. *Colonial Capitalism and Labour in Kenya, 1919–1939*. Nairobi: East African Literature Bureau, 1975.

DAS HISTORIOGRAFIAS AFRICANAS A UMA
FILOSOFIA AFRICANA DA HISTÓRIA
Tradução recebida em 22/05/2023 • Aceito em 15/06/2023
Revista de Teoria da História | issn 2175-5892



Este é um artigo de acesso livre distribuído nos termos da licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o trabalho original seja citado de modo apropriado